

FUNDAÇÃO DE ENSINO E CULTURA  
"FERNANDO PESSOA"

F  
M  
F

Relatório de Gestão  
2025



# Fundação de Ensino e Cultura "Fernando Pessoa"

S  
ul  
ant

## INTRODUÇÃO

Em conformidade com as disposições legais, apresentamos o Relatório de Gestão da FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA" (FFP), número de contribuinte 502 057 602, referente ao ano terminado em 31 de dezembro de 2025.

A FFP foi estabelecida a 12 de fevereiro de 1988 por escritura notarial, cujo primeiro signatário, instituidor e principal responsável pela criação dos seus ativos tangíveis e intangíveis foi e é o seu presidente do conselho de administração. A FFP, nos termos dos seus estatutos, adaptou-se devidamente ao novo regime jurídico das fundações (Lei n.º 24/2012, de 9 de julho – Lei-Quadro das Fundações, alterada pela Lei n.º 67/2021, de 25 de agosto), tem como finalidades de interesse social, de acordo com o artigo 3.º, parágrafo 2, alíneas e), i), k) e r), da referida Lei-Quadro: a promoção do ensino superior e da cultura; o desenvolvimento e gestão das instituições de ensino superior; a promoção da investigação científica, fundamental e aplicada; a prestação de cuidados de saúde primários, secundários e terciários, com cuidados de internamento e ambulatório.

A Fundação cumpre os seus objetivos de promoção do ensino superior e da cultura e de promoção da investigação científica, no campus da Cidade do Porto da Universidade Fernando Pessoa (UFP), resultante da fusão, em 1994, do antigo Instituto Superior de Ciências da Informação e da Empresa, do qual foi instituidora, em 1988, com o antigo Instituto Erasmus de Ensino Superior, que foi instituído pela sociedade por quotas, Erasm – Empreendimentos Educativos, Lda., em 1989, que, para esse fim, cedeu este estabelecimento de ensino à FFP. Desde setembro de 2023, com a criação da Escola de Medicina e Ciências Biomédicas (EMCB), a universidade tem agora um polo do seu campus, na cidade de Gondomar, onde também se encontra o Hospital-Escola Fernando Pessoa (HE). A UFP foi reconhecida como de interesse público pelo Decreto-Lei n.º 107/96, de 31 de julho, tendo, até julho de 2020, sido uma instituição mista de ensino superior (universitária e politécnica), altura em que os ciclos de estudo de natureza politécnica passaram a integrar a Escola de Saúde da Fundação Fernando Pessoa (ESS-FP), reconhecida como de interesse

público pelo Decreto-Lei n.º 45/2020, de 23 de julho. Através do HE, inaugurado a 4 de dezembro de 2012 e em funcionamento desde janeiro de 2013, a FFP realizou o seu propósito estatutário de promoção e proteção da saúde e prevenção e controlo de doenças, ao mesmo tempo que organizava estágios pedagógicos e apoiava a formação clínica de estudantes da UFP e da ESS-FP.

A Fundação, através da UFP, ESS-FP e HE, cumpre a sua missão de interesse público e responsabilidade social, legalmente reconhecida e reconfirmada pela referida Lei-Quadro das Fundações, está comprometida em contribuir para o aumento da cidadania e para o enriquecimento humano da sociedade em que opera, pelos serviços que presta, tendo a ética individual e organizacional como imperativo moral, e o conhecimento e competência técnica dos seus recursos humanos como garantia de gestão rigorosa, compromisso com a sustentabilidade ambiental, a qualidade e empregabilidade dos seus diplomados, a internacionalização e competitividade da formação que oferece; na promoção e educação para a saúde e na prestação de cuidados e assistência em caso de doença, numa lógica pedagógica e social, baseada nas boas práticas dos seus profissionais e na humanização dos serviços.

A apresentação do relatório anual de gestão, para além de ser um momento para fazer o balanço do trabalho realizado, especialmente nos aspetos económicos e financeiros, permite simultaneamente uma reflexão não só sobre os pontos fortes da atividade da Fundação, mas também sobre os vulneráveis, com vista a assumir atitudes de mudança, criando motivação e confiança, para a consolidação e concretização de novos projetos. Os princípios estabelecidos sempre orientaram a cultura da gestão da Fundação e das suas unidades orgânicas (UFP, ESS-FP e HE), rigorosamente interpretadas pelo seu Conselho de Administração, composto por:

- Salvato Vila Verde Pires Trigo – Presidente
- Nadine Stella Rombert Trigo – Vogal
- Salvato Miguel Rombert Trigo - Vogal

F  
M  
T

## MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025, ao qual este relatório de gestão se refere, foi marcado por uma nova etapa no projeto educativo e de formação da Fundação: a acreditação por seis anos pela A3ES – Agência para a Avaliação e Acreditação do Ensino Superior do ciclo integrado de estudos que conduz ao grau de Mestre em Medicina. Após mais de uma dúzia de anos de luta pela autorização para abrir o curso de Medicina, finalmente conseguimos iniciar, no ano letivo 2023-2024, a preparação para a implementação da proposta inovadora que desenhamos para dotar a UFP da nova Escola de Medicina e Ciências Biomédicas, cujo edifício, junto ao Hospital-Escola, em Gondomar, foi inaugurado a 16 de dezembro de 2024. O Hospital-Escola Fernando Pessoa, apesar de ter sido objeto de um contrato de trespasse para o Grupo Trofa Saúde, a partir do final de julho de 2025 e pelos próximos vinte anos, continuará a ser a âncora de apoio ao desenvolvimento em espiral do plano de estudos do curso de Medicina, que também contará com o apoio, já contratualizado, das unidades locais de saúde do SNS na formação e práticas clínicas dos estudantes.

O edifício da Escola de Medicina e Ciências Biomédicas, já apetrechado com equipamentos laboratoriais e de simulação para o ensino médico, bem como plataformas didáticas digitais, continuará a ser equipado com outros recursos tecnológicos de ponta para atualização permanente e inovação nas metodologias de ensino e aprendizagem.

Promoveremos também, durante o ano de 2026, a manutenção e atualização das instalações em todos os edifícios do campus do Porto, como elemento fundamental do processo de renovação da oferta de formação, o desenvolvimento da investigação científica e o crescimento da formação de pós-graduação e avançada. Como escrevi no relatório do ano passado, a vitalidade e o sucesso da Fundação são sempre o resultado do contributo de todos aqueles que se dedicam com diligência e lealdade às tarefas administrativas, técnicas, pedagógicas-científicas ou de saúde na UFP e na ESS-FP, tornando-se assim merecedores do nosso agradecimento pela sua dedicação e profissionalismo.

Uma palavra de reconhecimento merecem também todas as nossas partes interessadas, pais e alunos, nacionais e aqueles que pertencem à quase meia centena de nacionalidades estrangeiras, que, ano após ano, reforçam a sua confiança na qualidade do serviço e na formação humana, científica e técnica proporcionada pela UFP e ESS-FP.

## 1. CONTEXTO MACROECONÓMICO

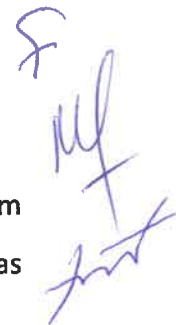
### Quadro internacional e europeu

De acordo com as projeções de março do BCE, espera-se que a economia global mantenha um crescimento até 2027, mas existe grande incerteza relativamente à política comercial dos EUA e às tensões geopolíticas. O crescimento do PIB global ronda os 3% entre 2025 e 2027, com uma ligeira revisão em baixa em comparação com a projeção de dezembro de 2024.

A inflação na zona euro foi revista ligeiramente em alta em 2025 e prevê-se que atinja o objetivo de política monetária no início de 2026. Esta revisão reflete um aumento adicional dos preços da energia, ligado a desenvolvimentos nos preços do petróleo e gás, bem como uma ligeira desvalorização do euro.

Para além dos fatores de risco já existentes — relacionados com a invasão militar da Ucrânia pela Rússia e os conflitos no Médio Oriente — surgiram novos fatores, com ênfase nas mudanças na orientação geoestratégica e da política comercial nos EUA. A concretização destes riscos pode levar a aumentos dos preços das matérias-primas, perturbações nas cadeias de abastecimento, menor crescimento do comércio mundial e variações acentuadas nas taxas de câmbio, com um impacto desestabilizador na atividade. O indicador global de incerteza da política económica atingiu valores próximos de máximos históricos no início de 2025, o que por si só poderia limitar o crescimento da atividade global.

O conflito no Médio Oriente é, antes de mais, um choque energético, mas, na essência,



é também um choque comercial. Espera-se uma desaceleração da economia global em 2026, num contexto marcado pela escalada deste conflito, pressões inflacionárias crescentes e maior incerteza geopolítica.

Prevê-se que o crescimento económico global seja de 2,6% em 2026, uma revisão em baixa de 0,5 pontos percentuais em relação às estimativas anteriores. Este valor refere-se ao crescimento do PIB global, ou seja, ao valor total dos bens e serviços produzidos globalmente – a medida mais abrangente da atividade económica global.

Ao mesmo tempo, espera-se que a inflação suba para 3,2% nos Estados Unidos e 3% na Zona Euro, refletindo principalmente o impacto dos preços mais elevados da energia.

De igual modo, espera-se que o comércio mundial – que mede o crescimento do comércio internacional de bens e serviços (nomeadamente exportações e importações) – deverá aumentar apenas 1,5%. Ao contrário do PIB global, que capta a produção económica total, o comércio mundial está especificamente focado nos fluxos comerciais transfronteiriços. O seu crescimento mais lento reflete o facto de o comércio internacional ser afetado de forma mais imediata e intensa por tensões geopolíticas, custos mais elevados dos transportes e da energia, e perturbações nas cadeias de abastecimento.

A desaceleração do comércio é, portanto, mais um sinal do enfraquecimento da atividade económica global. A fragmentação económica e o aumento das barreiras comerciais continuam a pesar na dinâmica do comércio internacional.

## Quadro Nacional

Espera-se que a economia portuguesa cresça 1,8% em 2026 e 1,6% em 2027. O crescimento económico em 2026–27 é influenciado pelo afrouxamento das condições financeiras e é sustentado por uma aceleração da procura externa e por uma implementação mais concentrada dos fundos europeus em 2026.



Prevê-se que a inflação desça para 2,8% em 2026–27.

A economia portuguesa continuará a crescer acima da zona do euro, mantendo o diferencial de inflação próximo de zero.

Em 2026, espera-se que o investimento acelere em resposta à melhoria das condições e da procura de financiamento e ao aumento do fluxo de fundos europeus. A recente melhoria da confiança empresarial e a situação financeira favorável do setor favorecem uma recuperação do investimento empresarial, que deverá ser mais gradual do que o projetado em dezembro, dado o aumento da incerteza.

Para 2026, espera-se agora um equilíbrio orçamental em torno desse saldo, condicionado ao valor do apoio relacionado com as tempestades climáticas e ao aumento dos custos energéticos.

A deterioração em relação a 2026 explica-se principalmente pelo impacto das medidas de resposta às tempestades e pelo aumento dos preços dos combustíveis resultante do conflito militar no Irão, bem como pela maior utilização de empréstimos PRR. No entanto, um custo orçamental desse apoio superior ao assumido pelo CFP - Conselho de Finanças Públicas, não compensado por outros efeitos, traduzir-se-ia num equilíbrio mais desfavorável.

Por outro lado, podem existir fatores que levem a um caminho fiscal mais favorável. Entre estes, destacam-se: possível apoio europeu na resposta a tempestades; maior elasticidade das receitas fiscais; uma menor execução do investimento público financiado nacionalmente (incluindo através do componente de empréstimo do PRR) e taxas de juro mais baixas, caso o cenário da dívida pública se revele mais favorável. Para uma redução adicional da dívida pública, o rendimento financeiro com a possível venda parcial do capital social da TAP, SA pode contribuir.



## 2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA FUNDAÇÃO

A atividade da Fundação, nos seus dois aspetos, o ensino superior, através da UFP e da ESS-FP, e a prestação de cuidados de saúde, através do HE até ao final de julho de 2025, continuou a ser naturalmente influenciada por uma conjuntura nacional com as restrições resultantes da pressão inflacionista sobre a sua estrutura de custos, que a economia tem sofrido no geral, bem como da pressão salarial nestes dois setores de atividade. Deve notar-se que, devido à gestão cada vez mais complexa da prestação de cuidados de saúde, que exige maior especialização e associação com prestadores bem estabelecidos no mercado, a FFP decidiu transferir a operação do HE para o Grupo Trofa Saúde, a partir de 28 de julho de 2025 e por um período de vinte anos, garantindo contratualmente a sua função como hospital universitário e protocolando a prestação de serviços clínicos de ensino e práticas de formação a estudantes na área da saúde da UFP, nomeadamente os da Escola de Medicina e Ciências Biomédicas e os da ESS-FP.

O EBITDA atingiu € 17.283.527,13 e a margem EBITDA foi de 30,85%. Este desempenho reflete o período difícil de reorganização institucional e implementação dos procedimentos que conduziram à implementação do plano estratégico adotado.

### 2.1. UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA e ESCOLA DE SAÚDE

O ano financeiro de 2025 foi para a UFP e ESS-FP um período de consolidação da procura de candidatos, nacionais e não nacionais, dos nossos ciclos de licenciatura, mestrado integrado, mestrado e doutoramento. Quanto à atratividade dos candidatos estrangeiros, o aumento da procura foi superior a 25%, especialmente nos cursos da área da saúde. A percentagem total de estudantes estrangeiros (excluindo os estudantes de mobilidade Erasmus) subiu para mais de 50%, consolidando a nossa marca, especialmente no mercado europeu da educação e no mercado brasileiro.

Também reforçámos o nosso próprio corpo docente com a contratação e integração de mais de duas dezenas de doutorados, além de termos aumentado a colaboração docente de profissionais de saúde, para o acompanhamento da formação integrada de estudantes do curso de Medicina, do 1.º, 2.º e 3.º ano, este último sob a forma de uma turma-piloto adequada para testar a nova metodologia de ensino-aprendizagem, desenvolvida em espiral, durante os seis anos do plano de estudos.

A acreditação dos ciclos de estudo, a avaliação institucional e o sistema interno de gestão da qualidade da UFP e a avaliação institucional do ESS-FP pela A3ES tiveram lugar e mereceram decisões favoráveis, que podem ser consultadas nos sites das duas instituições.

## **2.2. HOSPITAL-ESCOLA FERNANDO PESSOA**

Para além dos cuidados normais e urgentes dos nossos pacientes e da prestação permanente de cuidados de saúde a pessoas hospitalizadas, tanto na Unidade Integrada de Cuidados Continuados, convencionada com o Estado, nas tipologias de longa duração e manutenção, média duração e reabilitação, e convalescença, como na hospitalização médica e cirúrgica privada, continuamos até ao final de julho de 2025, administrar e gerir o HE.

O envolvimento e o compromisso de todos, com uma visão de melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados pelo HE enquanto instituição de cuidados, formação e investigação, permanentemente atenta às novas exigências técnicas e humanas dos cuidados de saúde para a população, asseguram a simbiose entre a satisfação dos pacientes que recebem cuidados de qualidade e a realização pessoal de todos os profissionais de saúde que os prestam.

Na implementação da sua estratégia, o HE procurou gerar um impacto positivo na comunidade onde opera, em coerência com os critérios de sustentabilidade, nas suas dimensões sociais, ambientais e de governação, de modo a garantir a sua contribuição para o bem comum.

O grande desafio que o HE enfrenta é garantir cuidados de saúde de excelência no exercício de uma gestão responsável, procurando eficiência e sustentabilidade. Mais do que nunca, uma estratégia centrada no paciente, na eficiência e no envolvimento das pessoas, ancorada em parcerias com outros prestadores de saúde, sustentada pela constante procura de fontes alternativas de receita será a pedra basilar para proporcionar a prestação de cuidados de saúde num ambiente adequado, com alta qualidade e eficiência.

### 3. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

A FFP, estando numa fase de reflexão sobre o seu futuro, motivada pelo crescente interesse do mercado nas atividades a que se dedica, e pela necessidade de reestruturar, almeja continuar a fortalecer as suas áreas de atividade, para que possa alcançar o objetivo de criar melhores condições para o desenvolvimento futuro.

Relativamente à evolução dos indicadores económicos/financeiros, podemos referir que houve uma manutenção dos indicadores de 2024 por atividade, contudo, com uma melhoria consolidada e sustentada pela UFP, com um maior excedente e uma redução das perdas operacionais no ensino superior, com a prioridade para o próximo ano a ser a melhoria dos resultados que, em 2026, só afetarão a atividade de formação, do ensino e da investigação científica.

#### 3.1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Fundação, mantidos de acordo com a referência do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e a norma contabilística e de reporte financeiro para entidades do setor sem fins lucrativos (NCRF-ESNL), de acordo com o Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho.

O negócio de trespasse efetuado com o Grupo Trofa Saúde, em Julho de 2025, veio marcar às contas e assim a comparabilidade das mesmas com o ano anterior.

# Fundação de Ensino e Cultura "Fernando Pessoa"

5  
10  
10  
10

Note-se que esta operação envolveu a transmissão da atividade do HE, envolvendo os equipamentos, existências e o pessoal inerentes à atividade do HE.

## 3.1.1. Rendimentos

O volume total de rendimentos atingiu €56.068.580,90, ou seja, a Fundação aumentou o seu volume de receitas em €13.807.124,13, correspondendo a um aumento de 33% em relação ao ano anterior.

Descrição	Ano 2025	Total %	Ano 2024	Total %	%
Prestações Serviços/vendas	31 099 767.29	55.47%	39 276 963.81	92.94%	-21%
Subs. Exploração	547 126.75	0.98%	299 552.32	0.71%	83%
Provisões (reversões)	0.00	0.00%	0.00	0.00%	0%
Outras imparidades (reversões)	0.00	0.00%	0.00	0.00%	0%
Out. rendimentos suplementares	1 473 523.10	2.63%	241 310.45	0.57%	511%
Imputação de Sub. ao investimento	76 368.01	0.14%	80 960.25	0.19%	-6%
Indeminizações	73 520.64	0.13%	87 675.67	0.21%	-16%
Outros Rendimentos	22 763 076.48	40.60%	2 274 994.27	5.38%	901%
Juros, divid., Out. Rend. Simil.	35 198.63	0.06%	0.00	0.00%	0%
TOTAL	56 068 580.90	100%	42 261 456.77	100%	33%

Como se pode ver neste mapa resumo, o volume de negócio diminuiu, decorrente de, a partir do 2º semestre, a Fundação deixou de reconhecer a parte dos réditos associados ao HE. Também se verificou um aumento de outros rendimentos resultante do reconhecimento da mais-valia da transferência do Hospital Fernando Pessoa, como já referido.

## 3.1.2. Gastos

O total de gastos e perdas, no valor de € 43.333.389,23, regista um decréscimo correspondente a 8,47%, relativamente ao ano anterior.

Descrição	Ano 2025	Total %	Ano 2024	Total %	%
C.M.V.M.C.	1 438 133,78	3,32%	2 102 726,13	4,74%	-31,61%
Forn.Serv.Externos	10 166 419,18	23,46%	10 590 005,85	23,87%	-4,00%
Gastos c/ Pessoal	22 215 702,22	51,27%	25 987 457,44	58,57%	-14,51%
Deprec. Amortizações	3 592 244,14	8,29%	4 224 200,55	9,52%	-14,96%
Perdas por imparidade	115 175,34	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!
Provisões do período	2 308 533,33	5,33%	10 255,40	0,02%	22410,42%
Bolsas de investigação	178 041,95	0,41%	151 230,05	0,34%	17,73%
Indeminizações	454 888,03	1,05%	99 234,64	0,22%	358,40%
Out. Gastos e perdas	1 872 961,31	4,32%	128 313,74	0,29%	1359,67%
Gast. e perdas financ.	991 289,95	2,29%	1 074 009,04	2,42%	-7,70%
TOTAL	43 333 389,23	100,00%	44 367 432,84	100,00%	-2,33%

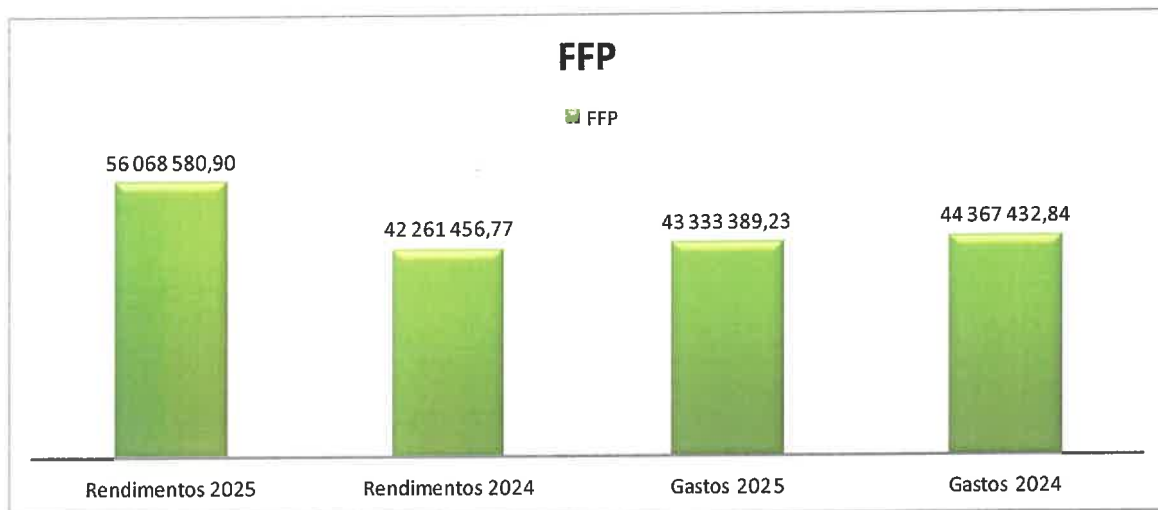
O desagramento dos gastos devido ao trespasse do HE, diminui substancialmente os custos com as mercadorias vendidas e matérias consumidas, assim como os gastos com o pessoal e depreciações e amortizações do período.

Contudo, aumentaram os custos com as provisões, tendo sido reforçado com o valor dos juros a provisão do processo que decorre em julgado referente à correção da liquidação de IRC do ano de 2011. Também foram pagas indemnizações a antigos funcionários fruto do processo de análise da ACT, sendo reposto créditos salariais, e em correções e exercícios anteriores foi registado o pagamento do processo judicial de IRC referente ao ano de 2010, cuja provisão não tinha sido mensurada por se reconhecer ganho de causa, mas o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto julgou improcedente a impugnação instaurada contra a liquidação de IRC de 2010 e respetivos juros compensatórios.

# Fundação de Ensino e Cultura "Fernando Pessoa"

S  
M  
F  
T

O gráfico seguinte mostra-nos com mais evidência a relação entre os vários componentes, quer para o período em análise quer para o anterior.



## 4. VARIAÇÃO PATRIMONIAL

Da comparação dos rendimentos e gastos acima analisados obtém-se um Resultado positivo, antes de impostos, de €12.735.191,67, conforme mapa abaixo.

RUBRICAS	2025	2024
Rendimento	56.068.580,90 €	56.718.240,57€
Gastos	- 43.333.389,23€	-44.367.432,84€
Resultado antes de impostos	12.735.191,67€	-2.105.976,07€
Imposto sobre o rendimento para o período	-917.751,53€	-519,38€

Do que acima se afirmou, face à conjuntura vivida, o ano de 2025 foi substancialmente favorável.

Decorrente da operação de trespasse foi decidido reduzir os empréstimos junto da

# Fundação de Ensino e Cultura "Fernando Pessoa"

banca, pelo que o rácio de autonomia financeira, conforme com o balanço de 2025, atinge 69,19%, por outro lado, o rácio de solvabilidade é de 2,25%.

## 5. GASTOS DE PESSOAL

Os custos de pessoal podem ser analisados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2025	2024
Número de Trabalhadores Em 31/12/2025	384	856
<b>Gastos com Pessoal</b>	<b>22.215.702,22€</b>	<b>25.987.457,44€</b>

Houve uma diminuição no número de trabalhadores e com os gastos com pessoal, devido, conforme referido anteriormente, ao trespasse do Hospital-Escola.

Além dos trabalhadores contratados, a Instituição conta também com prestadores de serviços independentes (docentes e prestadores de serviços na área da medicina, entre outros), cujo valor de honorários ascende a 1.679.739,70€, e com subcontratos que totalizam 2.999.272,14€.

## 6. RELAÇÃO DO INVESTIMENTO

Em 2025, houve um investimento total de 855.000,40€, distribuído pelas várias rubricas de ativos fixos tangíveis e intangíveis, conforme quadro abaixo:

Descrição	2025	2024	% no Total
Ativos Intangíveis	13 450,05	2 161,73	522,19%
Ativos Intag. de investimentos em curso	0,00	107 587,20	-100,00%
Ativos Fixos Tangíveis:			
Terrenos	0,00	1 558 000,00	-100,00%
Edifícios e Outras Construções	54 822,38	116 354,31	-52,88%
Edifícios e Outras Construções em curso	0,00	5 030 868,38	-100,00%
Equip. Básico	771 894,06	401 037,44	92,47%
Equip. Básico em curso	0,00	342 555,00	-100,00%
Equip. Transporte	0,00	0,00	#DIV/0!
Equip. Administrativo	0,00	1 599,00	-100,00%
Outras activos tangíveis	14 833,91	22 867,02	-35,13%
<b>TOTAL</b>	<b>855 000,40</b>	<b>7 583 030,08</b>	<b>-88,72%</b>

f  
ll  
x  
mt

Os ativos tangíveis de investimentos em curso em 2024 foram transferidos neste exercício para a rubrica de ativos tangíveis.

De notar que decorrente do negócio do trespasse com o Grupo Trofa Saúde, foram alienados diversos equipamentos do HE, no total de 9.354.584€

## 7. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA FUNDAÇÃO

Centrada, a partir do segundo semestre de 2025, na sua principal atividade de administração e gestão de ensino superior e de investigação científica, a FFP aguarda a publicação das alterações ao Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e ao Regime Jurídico dos Graus e Diplomas de Ensino Superior, em fase final de tramitação na Assembleia da República e no Governo, para tomar, nesse novo quadro legal, as decisões que se impõem relativamente ao futuro, nomeadamente, quanto à parceria operacional que esperamos vir a concretizar com um grupo internacional já bem firmado na atividade de ensino superior.

## 8. ESTADO E OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS

Não existem dívidas em mora com o Estado e outros entes públicos.

## 9. PERSPETIVAS PARA O FUTURO

No presente momento, face à decisão favorável da A3ES de acreditação por seis anos do nosso mestrado integrado de Medicina, que continua a ter o HE como seu hospital-âncora, e dado o desenvolvimento dos três primeiros anos do curso nos mostrar que estamos no caminho certo para uma mudança necessária na formação dos médicos do futuro, esperamos ser autorizados, no próximo ano letivo, a aumentar o número de vagas deste ciclo de estudos em, pelo menos, 25%, passando das atuais 40 vagas para 50 vagas e sustentar um crescimento idêntico nos próximos anos, com o objetivo de atingirmos as 100 admissões no 1.º ano do curso, tal como prevíamos na proposta inicial. Tendo havido uma

S  
M  
T

evolução muito favorável na estruturação e desenvolvimento da investigação científica na UFP e na ESS-FP, com parcerias institucionais que estabelecemos com a UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e com Unidades de I&D, como o RISEHEALTHCARE e o LIACC, das quais já dispomos de polos instalados na UFP, continuaremos a procurar firmar acordos de associação com outros centros de investigação científica, para reforçar a nossa oferta de ciclos de estudos de doutoramento.

## 10. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Tendo em conta o exposto acima, a variação patrimonial líquida positiva do período refletiu-se em €11.817.440,14 (onze milhões oitocentos e dezassete mil quatrocentos e quarenta euros e catorze cêntimos).

Proposta para a aplicação dos resultados: O conselho de administração propõe que o resultado seja aplicado na incorporação nos Fundos Patrimoniais.

## 11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Relatório de Gestão e de Contas de 2025 é apresentado num tempo em que, pensávamos nós, deveria ser de menos incerteza e maior esperança na continuidade da normalidade das nossas atividades económicas e rotinas sociais. Mas a continuação da guerra da invasão da Ucrânia pelo exército russo e a eclosão da guerra no Médio Oriente adiaram essa esperança de regresso à paz e à tranquilidade económica de todos os que têm somente no trabalho a sua fonte de rendimento, pois é neste universo que vive o nosso público-alvo.

Se o ano de 2025, até ao final do 1.º semestre, ainda não foi um ano de equilíbrio na demonstração financeira da Fundação, onde a atividade de ensino e de formação, na UFP e na ESS-FP, continua a ser positiva, mas o HE continuou a pesar negativamente, o que pudemos alterar com a operação de trespasse da sua atividade, como atrás dissemos,

# Fundação de Ensino e Cultura "Fernando Pessoa"

5  
M  
ant

esperamos que o ano de 2026, apesar do contexto internacional perturbador, nos permita a obtenção de maiores e mais qualificados rendimentos, para que possamos melhorar os salários e investir mais em investigação científica e em políticas sociais de extensão comunitária, especialmente nas Clínicas Pedagógicas da UFP e da ESS-FP, que prestam cuidados de saúde às pessoas mais vulneráveis que, no âmbito dos nossos protocolos institucionais com municípios e juntas de freguesia, com centros sociais, lares de idosos, instituições de reinserção social, agrupamentos escolares e outras instituições de solidariedade social, e sob a forma de consentimento informado, recorrem a consultas e tratamentos de saúde oral, saúde psicológica, aconselhamento nutricional, cuidados de fisioterapia e de terapia da fala, no âmbito do ensino clínico dos respetivos cursos que os apoiam.

Plenamente convencidos de que o principal e melhor capital de uma instituição é o humano, continuaremos a valorizar e a compensar o nosso importante ativo de colaboradores da Fundação, porfiando sempre por que interiorizem de que fazem parte de uma comunidade humana, que se aperfeiçoará tanto mais quanto todos nos empenhemos lealmente na sua continuidade e, portanto, no nosso futuro.

O CA continuará a fazer o seu trabalho, mas a continuidade e o futuro da comunidade pessoana precisa de todas as partes interessadas, internas e externas.

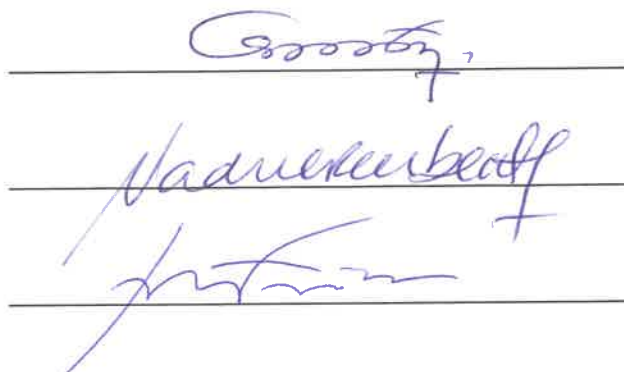
Bem hajam todos os que, usufruindo honestamente dos seus direitos, cumpriram os seus deveres, mais um ano, pois, só assim, o projeto da Fundação Fernando Pessoa poderá continuar a fazer o seu caminho com total segurança e sempre com uma perspetiva clara de consolidação.

Enquanto instituição de referência no ensino superior, pretendemos continuar a desenvolver a nossa atividade num compromisso permanente com a qualidade dos serviços prestados e a melhoria contínua dos processos, de modo a sermos reconhecidos como uma instituição em inovação permanente no conhecimento e no saber fazer.

# Fundação de Ensino e Cultura "Fernando Pessoa"

Porto, 21 de abril de 2026

O Conselho de Administração

  
The image shows three handwritten signatures in blue ink, each written on a horizontal line. The first signature is 'Coosty', the second is 'Hauerbeuff', and the third is 'J. T. M.'.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

*S*  
*M*  
*inf*

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 Dezembro 2025

(Montantes expressos em Euros)

### ÍNDICE

1.	Identificação da Fundação	03
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	04
3.	Principais políticas contabilísticas alterações nas estimativas contabilísticas e erros	05
4.	Ativos fixos tangíveis	15
5.	Ativos intangíveis	19
6.	Custos dos empréstimos obtidos	21
7.	Inventários	23
8.	Rendimentos e gastos	24
9.	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	26
10.	Subsídios e outros apoios de entidades públicas	28
11.	Instrumentos financeiros	31
12.	Contas Caixa e depósitos à ordem	40
13.	Benefícios de empregados	41
14.	Acontecimentos após a data do balanço	42
15.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	43
16.	Outras divulgações	43

G. T.  
M.  
H.

## Exercício Económico de 2025

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Fundação Ensino e Cultura “Fernando Pessoa”, aqui designada como “Fundação”, foi constituída em 12 de Fevereiro de 1988 e tem a sua sede na Praça Nove de Abril no Porto. A sua atividade principal é o ensino superior, e a secundária é atividades em estabelecimentos de saúde com internamento, prática médica de clinica especializada e em ambulatório.

NIF: 502 057 602

CAE Principal: 85420

CAE Secundário: 86100 / 86220 / 56290

#### Órgãos de Administração:

Presidente: Salvato Vila Verde Pires Trigo – NIF 129 057 444;

Vogal: Nadine Stella Rombert Trigo – NIF 192 100 220;

Vogal: Salvato Miguel Rombert Trigo – NIF 199 693 099

#### Conselho Fiscal:

Presidente do Conselho Fiscal: Arménio Antunes Belo da Silva - NIF 114 609 241;

Vogal do Conselho Fiscal: José Manuel de Pinho Alves Coelho – NIF 192 549 553;

Vogal Relator do Conselho Fiscal: Rui de Sá Pereira da Silva – NIF 161 257 909;

#### Contabilista Certificado:

Teresa Maria Ferreira da Graça Porto – NIF 164 663 479, inscrita na Ordem dos Contabilistas Certificados nº 47326.

#### Revisor Oficial de Contas:

PAFT – Pacheco, Amaral, Freitas & Teixeira, SROC, Lda – NIF 510 143 210, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 268 representada por Ana Manuel Lopes Pacheco Teixeira, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas nº 1414;

ROC Suplente: Maria Daniela da Silva de Sousa Freitas Lickfold da Silva – NIF 190 976 802, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas nº 1489.

G  
U  
T

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2025 as demonstrações financeiras da Fundação foram preparadas de acordo com pressuposto da continuidade das operações e no regime do acréscimo, a partir dos registos contabilísticos da Fundação, e de acordo com a norma contabilística e de relato financeiro para entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo o Aviso nº8259/2015 de 29 de Julho.

**2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, e dos resultados da entidade.**

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL.

### 2.3 Comparabilidade

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2025, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística, e de acordo com os mesmos pressupostos do ano anterior.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 encontram-se influenciadas por uma operação extraordinária ocorrida no decurso do exercício, relacionada com a alienação, sob a forma de trespasse, do negócio associado ao Hospital-Escola (HE).

Com efeitos a 28 de julho de 2025, foi concretizada a transmissão da atividade hospitalar para a entidade Grupo Trofa Saúde, incluindo os inventários e equipamentos e demais meios afetos à exploração da atividade de saúde, no âmbito de uma operação qualificada como transmissão de universalidade. Na sequência desta operação, a maioria dos trabalhadores afetos ao Hospital-Escola transitou para a entidade adquirente, com manutenção dos respetivos direitos laborais.

Adicionalmente, o imóvel onde era desenvolvida a atividade hospitalar não integrou o perímetro do trespasse, mantendo-se na esfera da Fundação, tendo sido celebrado um contrato de arrendamento do edifício com o Grupo Trofa Saúde, sendo estabelecido o valor anual de 2.500.000€.

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

S  
F  
M  
F  
M

Face à natureza e relevância desta operação, a comparabilidade das demonstrações financeiras de 2025 com as do exercício anterior encontra-se condicionada, designadamente ao nível do volume de negócios, estrutura de gastos operacionais, gastos com pessoal, ativos afetos à atividade hospitalar e composição dos resultados do exercício.

Assim, os valores apresentados para o exercício de 2025 incorporam efeitos não recorrentes associados ao trespassse, bem como alterações relevantes no perímetro operacional da Fundação, pelo que a análise comparativa com o exercício de 2024 deverá ser efetuada tendo em consideração este enquadramento.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

### 3.1 Principais políticas contabilísticas:

#### a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Fundação, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro aplicáveis, NCRF-ENSL, com o objetivo de proporcionar aos seus utentes uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, e do desempenho (resultados).

#### Pressupostos:

Regime do acréscimo

Continuidade das operações

#### Características qualitativas da informação financeira:

Compreensibilidade

Relevância

Materialidade

Fiabilidade

Representação fidedigna

Substância sobre a forma

Neutralidade

Prudência

Plenitude

Comparabilidade

## *Ativos intangíveis*

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Fundação, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Fundação demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método da Linha Reta em conformidade com o período de vida útil.

## *Ativos fixos tangíveis*

As Entidades sem fins lucrativos devem aplicar o modelo do custo, ou seja, após o reconhecimento como um ativo deve ser mensurado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

No caso em que existam diferenças significativas entre a quantia escriturada segundo o modelo do custo e o justo valor dos ativos, uma entidade poderá utilizar alternadamente o modelo de revalorização como sua política contabilística e deve aplicar essa política a uma classe inteira de ativos fixos tangíveis.

Os terrenos e edifícios encontram-se registados pelo método de revalorização desde 2022, de acordo com a peritagem por técnico registado na CMVM, efetuada a 31.12.2022, que serviu de base à revalorização desta classe de ativos, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumulados.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método da Linha Reta, e as vidas úteis e método de reintegrações dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos no exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

## *Investimentos financeiros*

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação desses investimentos financeiros, sendo registados como gastos as perdas por imparidade que existam, ou reconhecidas as suas reversões até o limite das perdas por imparidade registadas.

## *Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis*

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Fundação com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade.

Sempre que a quantia escriturada pelo qual o ativo se encontra registado é superior à quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registado como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é a quantia que se obteria com a alienação do ativo numa transação com entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa que se esperam do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão por perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade já não existem ou diminuíram. Contudo a reversão é efetuada até ao limite da quantia da perda por imparidade que estaria reconhecida (líquida de amortizações/depreciações).

## *Loações*

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

5  
7  
14  
17

Os ativos fixos tangíveis adquiridos, mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as correspondentes depreciações acumuladas, e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros e outros gastos incluídos no valor das rendas, e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

## ***Inventários***

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o Custo Médio Ponderado como fórmula de custeio das saídas, em sistema de inventário permanente.

## ***Custos dos empréstimos obtidos***

Os custos com os juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes estejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, neste caso são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

## ***Instrumentos financeiros:***

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Clientes e outras contas a receber**

As contas de “Clientes” e “Outras contas a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido, tendo em conta as informações de mercado no incumprimento de responsabilidades, histórico de saldos vencidos e não recebidos e eventuais processos de acção judicial.

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

As perdas por imparidade são ajustadas com reforços reconhecidos como gastos no período, ou reversões resultantes do recebimento total ou parcial dos montantes em dívida, como rendimentos do período.

- **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

- **Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo, deduzido dos custos de transação que estejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou passivo não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respectivamente. O seu desreconhecimento acontece quando houver lugar a sua liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

- **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, a prazo e a outros depósitos bancários cujos valores possam ser mobilizados sem risco significativo de alteração do seu valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente, caso contrário, e quando existam limitações na sua movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

### *Provisões*

As provisões são reconhecidas e revistas na data do balanço, apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

## *Passivos contingentes*

Os passivos contingentes são definidos pela empresa como obrigações possíveis ou obrigações presentes, resultantes de acontecimentos passados, quando não é provável um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos, e sejam incertos e não totalmente controlados.

## *Ativos contingentes*

Os ativos contingentes surgem de eventos não planeados ou outros esperados que dão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos, e devem ser divulgados no anexo. Quando a sua realização for certa, então o seu reconhecimento deve ser efetuado.

## *Regime do acréscimo*

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras Contas a Receber e a Pagar” e “Diferimentos”.

## *Rédito*

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber, refletindo eventuais descontos concedidos.

## *Subsídios do Governo*

Os subsídios do governo são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios são reconhecidos como rendimentos na rubrica “Subsídios à exploração” no próprio período em que são suportadas as diversas despesas aprovadas no orçamento de cada um dos projetos de

GA  
MF  
mf

investigação em curso. Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los como gastos relacionados. Na FFP, temos a contabilização do subsídio nos fundos patrimoniais, referente ao financiamento pelo QREN, no âmbito do programa ON2-FEDER, da Unidade de Cuidados Continuados do Hospital Escola, tendo sido reconhecido um rendimento no período em análise no montante de 35 974,44€, assim como no âmbito do programa de investimento RE-C06-i07 – Impulso mais digital, cujos Contratos-Programa de Financiamento foram celebrados em 2024, para reforço das competências digitais e reforma e modernização da medicina e cujo rendimento no período foi reconhecido no valor de 40 393,57€.

### ***Efeitos de alterações em taxas de câmbio***

As transações em moeda estrangeira são convertidas em euros utilizando taxas de câmbio que se aproximam das taxas oficiais vigentes à data da operação. Aquando da liquidação dos itens monetários ou à data do balanço, são utilizadas as taxas de câmbio nessa data para reavaliar a quantia em aberto. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, são registadas como rendimentos e/ou gastos na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

### ***Impostos sobre o rendimento***

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) foi calculado à taxa de 20% sobre a matéria coletável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce a tributação autónoma sobre os encargos às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, é tido em conta ao somatório dos Rendimentos Globais (IRS – Artigo 53º) mais Incrementos Patrimoniais Gratuitos, menos os Custos Comuns e Benefícios Fiscais, ao qual é aplicada a referida taxa de imposto.

### ***Benefícios dos empregados***

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração.

São ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE, de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, e do Seguro de Saúde nos termos previstos com os gastos de acção social.

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

G K  
M  
T

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido. Contudo no caso dos contratos de trabalho que cessem até ao final do período seguinte, estão a ser processados e pagos os proporcionais dos subsídios de férias no próprio período. Relativamente ao subsídio de natal, também estão a ser processados e pagos os proporcionais independentemente do tipo de contrato de trabalho.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Fundação, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

## *Eventos Subsequentes*

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem ajustamentos são refletidos nas demonstrações financeiras da Fundação. Os que não dão lugar a ajustamentos são divulgados neste Anexo (ponto 14).

## **b) Outras políticas contabilísticas**

- **Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras da Fundação são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação.

Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em unidades de euro.

- **Juízos de valor críticos**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, a entidade adotou pressupostos e estimativas com base nas normas previstas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, sendo avaliado de forma periódica eventuais obrigações, que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

divulgação. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- I) Gastos estimados por acréscimo: Remunerações de férias e subsídio de férias, imposto municipal sobre imóveis, seguros a liquidar, subcontratos e honorários referentes a serviços médicos, honorários de docência, trabalhos especializados e outros gastos como conservação e reparação, comunicação, eletricidade, gás, água, etc.;
- II) Gastos a reconhecer: Seguros liquidados, licenças de software, quotizações e outros serviços a imputar a exercícios seguintes;
- III) Rendimentos estimados por acréscimo: Propinas e subsídios à exploração dos diversos projetos de investigação e desenvolvimento em curso na Universidade;
- IV) Rendimentos a reconhecer: Propinas pagas no exercício económico em análise e subsídios à exploração de alguns projetos em curso respeitantes aos exercícios seguintes;
- V) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras no período findo em 31 de Dezembro de 2025 foram:

- Acréscimo de gastos das remunerações de férias, subsídio de férias e respetivos encargos contributivos com a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE, o que perfizeram o montante total de 2.995.685€;
- Acréscimo de gastos referente a subcontratos, essencialmente de empresas que prestam serviços de ensino que ascendeu 47.427€ e honorários de prestadores de serviços, tais como professores e outros no valor total de 85.500€;
- Acréscimo das propinas referentes ao ano letivos de 2025/26 por receber no período de 2025, no valor total de 72 047€;
- Acréscimo de rendimentos referentes aos subsídios de exploração que perfazem um montante de 118.874€;
- Diferimento de propinas referente ao ano letivo de 2025/26 e recebidas em 2025, que dizem respeito ao exercício de 2026 no montante de 3.998.712€;
- Diferimento de verbas recebidas referentes aos subsídios à exploração no valor de 461.964,66€.
- E o diferimento dos montantes recebidos a título de antecipação da renda dos meses de janeiro e fevereiro de 2026, referente ao contrato de arrendamento do Edifício Hospital-Escola, celebrado com a empresa "Trofa Saúde Aveiro S.A." no valor de 416.667€.

S  
K  
14  
mt

## c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registros contábilísticos da Fundação, mantidos de acordo com as Normas Contábilísticas de Relato Financeiro para as Entidades do setor não lucrativo.

## d) Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros reconhecidas nas demonstrações financeiras, refletem a evolução previsível da Fundação no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

## 3.2 Alterações nas políticas contábilísticas

Políticas contábilísticas são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas aplicadas na preparação e apresentação de demonstrações financeiras. As políticas contábilísticas utilizadas decorrem das normas aplicáveis no referencial contábilístico adotado pela Fundação (ver nota 2), sendo aplicadas de forma consistente.

A aplicação inicial de uma norma e as alterações à aplicação de normas estão devidamente divulgadas, e os seus efeitos aplicados retrospectivamente até ao ponto em que seja impraticável determinar quer os efeitos específicos de um período, quer o efeito cumulativo da alteração.

Na ausência de uma norma ou interpretação que se aplique especificamente a uma transação, outro acontecimento ou condição, a Administração ajuizará quanto ao desenvolvimento e aplicação de uma política contábilística que resulte em informação que garanta as características qualitativas das demonstrações financeiras a apresentar.

Neste exercício não existiram alterações nas políticas contábilísticas.

A impossibilidade de quantificação dos efeitos retrospectivos de alterações de políticas e/ou da correção de erros materiais é objeto de divulgação.



### 3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas

As estimativas e os pressupostos subjacentes são determinados com base no melhor conhecimento existente à presente data dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Os efeitos das alterações de estimativas (que não decorram de alterações de políticas contabilísticas) são reconhecidos prospectivamente nos resultados do período de alteração e/ou períodos posteriores.

Neste exercício não existiram alterações nas estimativas contabilísticas.

### 3.4 Erros materiais de períodos anteriores

Não existem erros materiais no período em apreço.

## 4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

### Enquadramento da política

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

A mensuração subsequente dos ativos fixos tangíveis assenta no modelo do custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas, com exceção dos terrenos e edifícios que se encontram registados pelo método de revalorização desde 2022.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta e quotas mínimas, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo em conta a estimativa de valor residual, tradicionalmente nulo, e os duodécimos no ano de aquisição e no ano de alienação.

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

*Handwritten signature and initials*

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubrica	Vida útil (anos)
Edifícios e outras construções	20 a 40
Equipamento básico	6 a 20
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	6 a 20

As despesas subsequentes com manutenção e reparação que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas. O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.

Durante o exercício de 2025, os movimentos ocorridos no valor bruto dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Descrição	31/12/2024	Adições	Transf. Trabalhos em curso	Alienações	Abates	Perdas por imparidade	31/12/2025
<b>Activos Fixos Tangíveis</b>							
Terrenos e Rec. Naturais	11 554 807,00 €	- €			- €		11 554 807,00 €
Edifícios e Out. Construções	141 644 557,94 €	54 822,38 €	5 653 441,94 €		- €		147 352 822,26 €
Equip. Básico	13 468 287,18 €	771 894,06 €	348 336,00 €	9 047 900,94 €	2 398,50 €		5 538 217,80 €
Equip. Transporte	459 915,23 €	- €		32 817,91 €	- €		427 097,32 €
Equip. Administrativo	1 902 080,37 €	- €		131 233,56 €	- €		1 770 846,81 €
Outros activos tangíveis	257 493,22 €	14 833,91 €		175 450,02 €	- €		96 877,11 €
<b>TOTAL ACTIVO FIXO TANGÍVEL BRUTO</b>	<b>169 287 140,94 €</b>	<b>841 550,35 €</b>		<b>9 387 402,43 €</b>	<b>2 398,50 €</b>	<b>- €</b>	<b>166 740 668,30 €</b>
<b>Depreciações Activos Fixos Tangíveis</b>							
Edifícios e Out. Construções	88 574 131,09 €	3 051 069,14 €			- €		91 625 200,23 €
Equip. Básico	10 838 567,81 €	465 576,20 €		7 206 798,30 €	- €		4 097 345,71 €
Equip. Transporte	338 972,60 €	20 665,36 €		32 817,91 €	- €		326 820,05 €
Equip. Administrativo	1 869 612,03 €	3 886,10 €		107 550,91 €	- €		1 765 947,22 €
Outros Activos Tangíveis	122 219,80 €	9 061,65 €		80 458,80 €	- €		50 822,65 €
<b>Total Depreciações Acumuladas</b>	<b>101 743 503,33 €</b>	<b>3 550 258,45 €</b>		<b>7 427 625,92 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>97 866 135,86 €</b>
<b>ACTIVO FIXO TANGÍVEL LÍQUIDO</b>	<b>67 543 637,61 €</b>						<b>68 874 532,44 €</b>

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

*Handwritten initials and signature:*  
 G  
 M  
 Ant

1- Conforme divulgado na nota 2.3 – Comparabilidade, no âmbito do trespasse do HE, foram alienados os equipamentos afetos à atividade de saúde, no total de 9.354.584,52€. Também foi alienada uma viatura no valor de 32.817,91€.

O abate verificado neste exercício respeita a uma correção de um ativo alienado em 2024 e que, por lapso, não foi totalmente abatido contabilisticamente, no ano anterior.

2- No ano de 2025, registou-se um investimento total de 841 550.35€, distribuído pelas várias rubricas dos ativos fixos tangíveis, sendo de salientar as aquisições de bens e equipamentos para a Escola de Medicina e Ciências Biomédicas, verificou-se ainda a transferência de trabalhos em curso, para Edifícios e Outras Construções e para Equipamento Básico do edifício construído e equipamentos na sequência da inauguração do estabelecimento de ensino, nos finais do mês de dezembro de 2024, e cuja depreciação começou a ser efetivada em janeiro de 2025.

Assim o valor total da Escola de Medicina ascendeu a 7.559.777,94€, 1.558.000€ respeitantes aos terrenos e 6.001.777,94€, respeitantes ao edifício e equipamentos.

Os terrenos e edifícios encontram-se registados pelo método de revalorização desde 2022, e os movimentos ocorridos no exercício foram:

	Valor de aquisição	Justo Valor	2024			2025		
			Depreciações no período	Depreciação acumulada	Valor Contabilístico	Depreciação no exercício	Depreciação acumulada	Valor Contabilístico
Terrenos	1 479 289,44 €	9 913 225,00 €	- €		9 913 225,00 €	- €	- €	9 913 225,00 €
Edifícios UFP + HE	44 086 961,35 €	59 748 775,00 €	2 321 259,19 €	4 642 518,33 €	55 106 256,67 €	1 967 857,69 €	6 610 376,02 €	48 495 880,65 €
<b>TOTAL</b>	<b>45 566 250,79 €</b>	<b>69 662 000,00 €</b>	<b>2 321 259,19 €</b>	<b>4 642 518,33 €</b>	<b>65 019 481,67 €</b>	<b>1 967 857,69 €</b>	<b>6 610 376,02 €</b>	<b>58 409 105,65 €</b>

	Excedente Revalorização	Utilização 2024	Utilização acumulada	Excedente Revalorização	Utilização 2025	Excedente Revalorização
Terrenos	8 433 935,56 €	- €	- €	8 433 935,56 €	- €	8 433 935,56 €
Edifícios UFP + HE	33 904 633,38 €	2 321 259,19 €	2 321 259,14 €	29 262 115,05 €	1 967 857,69 €	27 294 257,36 €
<b>TOTAL</b>	<b>42 338 568,94 €</b>	<b>2 321 259,19 €</b>		<b>37 696 050,61 €</b>	<b>1 967 857,69 €</b>	<b>35 728 192,92 €</b>

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

*Sf*  
*Uf*  
*mt*

Dispêndios com bens e equipamentos no âmbito dos projetos de investigação, financiados por entidades externas

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2025, a Fundação adquiriu novos bens e equipamentos para o projeto de investigação em curso Inovalab@Ufp e Inova4med, no valor total de 449 937,57€, e para os projectos 2023.15210.PEX e COMPETE2030-FEDER-01183400 no valor total de 13.035,39€

No período em apreço os ativos foram depreciados da seguinte forma:

Descrição	31/12/2024	Adições	Alienações	Abates	Perdas por imparidade	31/12/2025
<b>Activos Fixos Tangíveis</b>						
Edifícios e outras construções	16 436,33 €					16 436,33 €
Equip. Básico	52 712,18 €	462 973,26 €				515 685,44 €
Equip. Administrativo	17 647,49 €					17 647,49 €
<b>TOTAL ACTIVO FIXO TANGÍVEL BRUTO</b>	<b>86 796,00 €</b>	<b>462 973,26 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>549 769,26 €</b>
<b>Depreciações Activos Fixos Tangíveis</b>						
Edifícios e outras construções	68,48 €	821,82 €				890,30 €
Equip. Básico	49 012,08 €	48 203,26 €				97 215,34 €
Equip. Administrativo	17 647,49 €	- €				17 647,49 €
<b>Total Depreciações Acumuladas</b>	<b>66 728,05 €</b>	<b>49 025,08 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>115 753,13 €</b>
<b>ACTIVO FIXO TANGÍVEL LÍQUIDO</b>	<b>20 067,95 €</b>					<b>434 016,13 €</b>

O mapa abaixo evidencia o investimento na Unidade de Cuidados Continuados, por rubricas de ativo e respetivas depreciações:

Descrição	31/12/2024	Adições	Alienações	Abates	Perdas por imparidade	31/12/2025
<b>Activos Fixos Tangíveis - Unidade de Cuidados Continuados</b>						
* Edifícios e Outras Construções	2 397 133,00					2 397 133,00 €
* Equip. Básico	319 729,39 €		319 729,39 €			- €
* Equip. Administrativo	17 988,92 €		17 988,92 €			- €
<b>TOTAL ACTIVO FIXO TANGÍVEL BRUTO</b>	<b>2 734 851,31 €</b>	<b>- €</b>	<b>337 718,31 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>2 397 133,00 €</b>
<b>Depreciações Activos Fixos Tangíveis</b>						
Edifícios e Outras Construções	599 283,32 €	59 928,33 €				659 211,65 €
Equip. Básico	205 405,40 €	10 445,17 €	215 850,57 €			- €
Equip. Administrativo	15 642,46 €	195,54 €	15 838,00 €			- €
<b>Total Depreciações Acumuladas</b>	<b>820 331,18 €</b>	<b>70 569,04 €</b>	<b>231 688,57 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>659 211,65 €</b>
<b>ACTIVO FIXO TANGÍVEL LÍQUIDO</b>	<b>1 914 520,13 €</b>					<b>1 737 921,35 €</b>

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

S  
M  
K  
mt

**Observações complementares:** Foi celebrado em 31 de Agosto de 2011, um contrato de financiamento ao abrigo do QREN (ON2-FEDER) com o objetivo de financiar as obras da Unidade de Cuidados Continuados, correspondente ao 3º piso do Hospital Escola, cujo investimento foi de 1.999.005€, com uma participação de 70%, financiado no montante total de 1.399.303€, totalmente recebido.

De notar que o valor registado em edifícios e outras construções se encontra relevada desde 2022 pelo método de revalorização bem como as respetivas depreciações.

Anualmente, estão a ser imputadas as depreciações dos equipamentos e reconhecida a regularização da quota-parte subsidiada, conforme divulgação na nota 3 e nota 10 deste Anexo.

Conforme divulgado na nota 2.3 – Comparabilidade, no âmbito do trespasse do HE, foram alienados os equipamentos afetos à atividade de saúde.

O subsídio atribuído à quota de equipamentos foi imputado pela totalidade a outras variações de fundos patrimoniais.

## 5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são registados inicialmente pelo custo. A mensuração subsequente dos ativos intangíveis assenta no modelo do custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha recta e quotas mínimas, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo em conta a estimativa de valor residual.

A vida útil e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubrica	Vida útil (anos)
Programas de computadores	6
Direito de superfície	10
Propriedade industrial	40

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

S  
K  
U  
T

Durante o período de 2025, e os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, foram os seguintes:

Descrição	31/12/2024	Adições	Alienações	Abates	Perdas por imparidade	31/12/2025
<b>Activos Intangíveis</b>						
Propriedade Industrial	260 015,93 €					260 015,93 €
Programas de Computador	507 911,27 €	13 450,05 €	302 332,54 €			219 028,78 €
<b>TOTAL ACTIVO INTANGÍVEL BRUTO</b>	<b>767 927,20 €</b>	<b>13 450,05 €</b>	<b>302 332,54 €</b>	- €	- €	<b>479 044,71 €</b>
<b>Amortizações Activos Intangíveis</b>						
Programas de Computador	301 677,48 €	41 931,63 €	216 289,04 €			127 320,07 €
Propriedade Industrial	259 653,36 €	54,06 €				259 707,42 €
<b>Total Amortizações Acumuladas</b>	<b>561 330,83 €</b>	<b>41 985,69 €</b>	<b>216 289,04 €</b>	- €	- €	<b>387 027,48 €</b>
<b>ACTIVO INTANGÍVEL LÍQUIDO</b>	<b>206 596,37 €</b>					<b>92 017,23 €</b>

**Nota:** Foram adquiridos programas de computador no valor total de 13 450,05€, para utilização essencialmente da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, e no âmbito do projecto Inovalab@Ufp, assim como alienados os ativos intangíveis afectos aos serviços de cuidados de saúde no âmbito do trespasse do HE.

**Dispêndios com bens ativos intangíveis no âmbito dos projetos de investigação em curso financiados por entidades externas**

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2025, a Fundação efetuou aquisições no valor total de 9.840€ de ativos intangíveis, relativos a projetos de investigação em curso, nomeadamente no âmbito do projecto Inovalab@Ufp. Os investimentos efetuados em anos anteriores no âmbito de projetos de investimento totalizam 6.038,02€.

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

*f*  
*uf*  
*trif*

Descrição	31/12/2024	Adições	Alienações	Abates	Perdas por imparidade	31/12/2025
<b>Activos Intangíveis</b>						
Programas de Computador	6 038,02 €	9 840,00 €				15 878,02 €
<b>TOTAL ACTIVO INTANGÍVEL BRUTO</b>	<b>6 038,02 €</b>	<b>9 840,00 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>15 878,02 €</b>
<b>Depreciações Activos Intangíveis</b>						
Programas de Computador	3 906,32 €	497,05 €				4 403,37 €
<b>Total Amortizações Acumuladas</b>	<b>3 906,32 €</b>	<b>497,05 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>4 403,37 €</b>
<b>ACTIVO INTANGÍVEL LÍQUIDO</b>	<b>2 131,70 €</b>	<b>9 342,95 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>11 474,65 €</b>

## 6. Custos dos empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, e compreendem juros, impostos e outras despesas conexas.

Gastos e perdas de financiamento	31/12/2025	31/12/2024
<b>Juros suportados e gastos financeiros</b>		
Juros de financiamento	891 650,09 €	948 112,32 €
Juros de leasing e factoring	99 639,86 €	125 896,72 €
<b>Total</b>	<b>991 289,95 €</b>	<b>1 074 009,04 €</b>

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de «Financiamentos obtidos», apresentava a seguinte decomposição:

Instituições de crédito	31/12/2025	31/12/2024
BPI nº 4609157830001	5 312 600,68 €	5 787 892,36 €
Montepio Geral nº 173.06.100013-1	7 623 723,37 €	8 518 627,03 €
Montepio Geral nº 173.06.100314-3	- €	74 194,76 €
Conta caucionada - MG nº 173.30.100043	- €	3 000 000,00 €
Empréstimo CGD nº 2508004709691	- €	200 000,03 €
Conta caucionada - CGD nº 4939592	- €	50 000,00 €
Livranças MG	- €	900 000,00 €
Leasing's	629 174,40 €	800 879,69 €
Adiantamentos / Factoring	- €	1 503 564,02 €
<b>Total</b>	<b>13 565 498,45 €</b>	<b>20 835 157,89 €</b>

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

*Handwritten initials and signature:*  
S  
K  
M  
J  
J

Descrição do passivo corrente e não corrente, assim como os montantes em dívida, referente aos financiamentos obtidos:

Financiamentos	31/12/2025			31/12/2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Instituições de crédito	8 099 015,05 €	4 837 309,00 €	12 936 324,05 €	5 526 043,92 €	13 004 670,26 €	18 530 714,18 €
Leasing's	100 151,08 €	529 023,32 €	629 174,40 €	212 342,20 €	588 537,49 €	800 879,69 €
Adiantamento/Factoring	- €	- €	- €	1 503 564,02 €	- €	1 503 564,02 €
<b>Total</b>	<b>8 199 166,13 €</b>	<b>5 366 332,32 €</b>	<b>13 565 498,45 €</b>	<b>7 241 950,14 €</b>	<b>13 593 207,75 €</b>	<b>20 835 157,89 €</b>

## Leasing – Decomposição:

Instituições de Crédito e Socied. Financeiras	31/12/2025			31/12/2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Montepio Geral 136-5	- €	- €	- €	12 804,34 €	12 405,98 €	25 210,32 €
Montepio Geral 137-3	- €	- €	- €	11 238,30 €	4 483,04 €	15 721,34 €
BPI Leasing (Ct. 0010026431)	- €	- €	- €	65 778,88 €	308 741,65 €	374 520,53 €
BPI Leasing (Ct. 0010027086)	- €	- €	- €	37 108,02 €	- €	37 108,02 €
BPI Leasing (Ct. 0010045848)	10 596,95 €	62 144,69 €	72 741,64 €	10 199,77 €	72 848,17 €	83 047,94 €
BPI Leasing (Ct. 2024045835)	4 470,73 €	26 670,15 €	31 140,88 €	4 304,05 €	31 181,34 €	35 485,39 €
BPI Leasing (Ct. 0010037761)	12 482,35 €	75 828,12 €	88 310,47 €	12 482,36 €	88 618,74 €	101 101,10 €
BPI Leasing (Ct. 2024052625)	17 845,73 €	108 127,93 €	125 973,66 €			
BPI Leasing (Ct. 2024052439)	5 530,07 €	35 343,27 €	40 873,34 €	- €	- €	- €
BPI Leasing (Ct. 2024053871)	32 503,84 €	220 909,16 €	253 413,00 €	- €	- €	- €
Santander (Ct. 250378)	- €	- €	- €	7 913,20 €	53 463,80 €	61 377,00 €
Caixa Geral Depósitos 137580	- €	- €	- €	18 425,80 €	- €	18 425,80 €
Caixa Geral Depósitos 141929	10 391,75 €	- €	10 391,75 €	12 087,17 €	10 446,28 €	22 533,45 €
Caixa Geral Depósitos 100145436	6 329,66 €	- €	6 329,66 €	20 000,31 €	6 348,49 €	26 348,80 €
<b>TOTAL</b>	<b>100 151,08 €</b>	<b>529 023,32 €</b>	<b>629 174,40 €</b>	<b>212 342,20 €</b>	<b>588 537,49 €</b>	<b>800 879,69 €</b>

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

*S. B.*  
*M.*  
*Int.*

## 7. Inventários

### Enquadramento da política

Os inventários são registados ao menor de entre o custo de aquisição ou produção e o valor líquido de realização.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a venda.

O custo de aquisição resulta dos gastos diretos de compra (líquidos de descontos comerciais e abatimentos), dos direitos de importação e outros impostos e taxas não dedutíveis, e dos gastos de transporte e outros diretamente atribuíveis à aquisição, necessários para colocar os inventários na sua condição e local actual.

A Fundação utiliza o regime de inventário permanente e o custo médio ponderado como método de custeio.

Foi mensurado uma imparidade relativamente ao valor comercial dos livros em armazém no valor total de 76.895,53€.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

Rubricas	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantia bruta	Perdas p/ imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas p/ imparidade	Quantia líquida
Materias-primas, subsidiárias e de consumo	85 039,34 €		85 039,34 €	426 147,98 €		426 147,98 €
Mercadorias	108 594,28 €	76 895,53 €	31 698,75 €	110 384,63 €		110 384,63 €
<b>TOTAL</b>	<b>193 633,62 €</b>	<b>76 895,53 €</b>	<b>116 738,09 €</b>	<b>536 532,61 €</b>	<b>- €</b>	<b>536 532,61 €</b>

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 detalha-se conforme segue:

Movimentos	31/12/2025		31/12/2024	
	Mercadorias	Materias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Materias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo inicial	110 384,63 €	426 147,98 €	113 437,72 €	467 353,97 €
Compras	5 115,75 €	1 139 226,11 €	- €	2 078 433,77 €
Regularizações	- 3 823,56 €	45 283,51 €	721,51 €	- 20 688,23 €
Saldo final	108 594,28 €	85 039,34 €	110 384,63 €	426 147,98 €
Gastos no exercício (CMVMC)	3 082,54 €	1 435 051,24 €	3 774,60 €	2 098 951,53 €

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

*SF*  
*MF*  
*MF*

**Nota:** Conforme mencionado na nota 2.3 – Comparabilidade, os inventários afectos à atividade do HE foram alienados, no âmbito do trespasse, pelo que a comparabilidade do CMVMC também se encontra condicionada.

## 8. Rendimentos e gastos

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, sem consideração dos efeitos de impostos dedutíveis, desde que o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade e for provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade.

Em sede de Prestação de Serviços o rédito é reconhecido na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período 2025 e 2024:

Rubricas		31/12/2025	31/12/2024	Varição	%
71	Vendas	354 645,10 €	8 521,90 €	346 123,20 €	4061,57%
72	Prestação Serviços	30 745 122,19 €	39 268 441,91 €	8 523 319,72 €	-21,71%
	<b>Total 71 e 72</b>	<b>31 099 767,29 €</b>	<b>39 276 963,81 €</b>		
75	<b>Subsidios a exploração</b>	<b>547 126,75 €</b>	<b>299 552,32 €</b>	<b>247 574,43 €</b>	<b>82,65%</b>
78	<b>Outros Rendimentos e Ganhos:</b>	<b>24 386 488,23 €</b>	<b>2 684 940,64 €</b>	<b>21 701 547,59 €</b>	<b>808,27%</b>
786	Rendimento suplementares	1473 523,10 €	241310,45 €	1232 212,65 €	510,63%
782	Descontos de pronto pagamento concedidos	155,81 €	507,76 €	351,95 €	-69,31%
784/787	Rendimentos em investimentos financeiros	22 681 496,93 €	15 839,85 €	22 665 657,08 €	143092,62%
788	<b>Outros rendimentos:</b>	<b>266 512,76 €</b>	<b>2 580 920,42 €</b>	<b>2 314 407,66 €</b>	<b>-89,67%</b>
7881	Correcções exercicio anteriores	77 907,59 €	2 093 189,59 €	2 015 282,00 €	-96,28%
7883	Imputação de subsidios ao investimento	76 368,01 €	80 960,25 €	4 592,24 €	-5,67%
7888	Outros	77 036,79 €	253 132,74 €	176 095,95 €	-69,57%
791	<b>Juros obtidos</b>	<b>35 198,63 €</b>	- €	<b>35 198,63 €</b>	<b>0,00%</b>
	<b>Total Rendimentos e ganhos</b>	<b>56 068 580,90 €</b>	<b>42 261 456,77 €</b>	<b>21 949 122,02 €</b>	<b>8,91 €</b>

No exercício de 2025 verificaram-se alterações materialmente relevantes na estrutura dos réditos da Fundação, fortemente influenciadas pela operação de trespasse do Hospital-Escola (HE), concretizada em julho de 2025 (Conforme divulgado na nota 2.3 comparabilidade), bem como pela consequente alteração do perímetro operacional da atividade.

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

*S.F.*  
*W.F.*  
*mt*

A rubrica de “Prestações de serviços” apresenta uma redução face ao exercício anterior, particularmente ao nível da atividade do Hospital-Escola, refletindo os efeitos da transmissão da atividade hospitalar para o Grupo Trofa Saúde, a partir de 28 de julho de 2025. Não obstante esta redução, a atividade de ensino manteve um peso significativo na estrutura dos réditos da Fundação, designadamente através das propinas da Universidade Fernando Pessoa e da Escola Superior de Saúde.

Em contrapartida, a rubrica de “Outros rendimentos” registou um aumento muito significativo em 2025, essencialmente explicado pelo reconhecimento da mais-valia contabilística no montante de 22.678.524,71 €, registada na conta 7878 – “Outros rendimentos”, decorrente da operação de trespasse do Hospital-Escola. Este rendimento assume natureza não recorrente e resulta da diferença entre o valor da alienação e a quantia escriturada líquida dos ativos transmitidos.

Adicionalmente, verificou-se o reconhecimento de rendimentos suplementares associados à utilização do imóvel hospitalar pela entidade adquirente, na sequência da manutenção do edifício na esfera patrimonial da Fundação.

Quantia de cada categoria significativa de gastos reconhecidos durante o período 2025 e 2024:

Rubricas		31/12/2025	31/12/2024	Varição	%
61	C.M.V.M.C.	1438 133,78 €	2 102 726,13	664 592,35 €	-31,61%
62	For.Serv.Externos	10 166 419,13 €	10 590 005,85	423 586,67 €	-4,00%
63	Cust.c/ Pessoal	22 215 702,22 €	25 987 457,44	3 771 755,22 €	-14,51%
64	Deprec. Amortizações	3 592 244,14 €	4 224 200,55	631 956,41 €	-14,96%
65	Perdas por imparidade	115 175,34 €	0,00	115 175,34 €	# DIV/0!
67	Provisões do período	2 308 533,33 €	10 255,40	2 298 277,93 €	22410,42%
68	<b>Out. Gastos e perdas:</b>	<b>2 505 891,29 €</b>	<b>378 778,43</b>	<b>2 127 112,86 €</b>	<b>561,57%</b>
681	Impostos	67 681,76 €	61473,86	6 207,90 €	10,10%
682/683/684/687	Desc. Concedidos, dividas inco braveis, quebras inventário e alienações	17 103,59 €	15 797,11	1 306,48 €	8,27%
6888	Outros gastos	2 421 105,94 €	301507,46	2 119 598,48 €	703,00%
69	<b>Gast. e perdas financiamentos:</b>	<b>991 289,95 €</b>	<b>1 074 009,04</b>	<b>82 719,09 €</b>	<b>-7,70%</b>
691/6981	Juros e gastos financiamentos bancários	891650,09 €	948 112,32	56 462,23 €	-5,96%
6918/6988	Juros e gastos leasing e factorin	99 639,86 €	125 896,72	26 256,86 €	-20,86%
	<b>Total Gastos</b>	<b>43 333 389,23 €</b>	<b>44 367 432,84 €</b>	<b>1 034 043,61 €</b>	<b>-2,33%</b>

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

*Handwritten initials and signature:*  
F  
K  
M  
T

Também ao nível gastos verificaram-se alterações materialmente relevantes, influenciadas pela operação de trespasse do Hospital-Escola (HE).

As rubricas de fornecimentos e serviços externos e de gastos com o pessoal registaram uma redução significativa face ao exercício anterior, refletindo a transmissão da atividade hospitalar para o Grupo Trofa Saúde. Nomeadamente, os gastos relacionados com consumos clínicos, subcontratos, conservação e manutenção, serviços especializados e outros gastos operacionais associados à atividade hospitalar apresentaram reduções significativas, refletindo a descontinuação parcial dessa atividade na esfera da Fundação.

Esta evolução encontra-se igualmente associada à transferência da maioria dos trabalhadores afetos ao Hospital-Escola para a entidade adquirente, com manutenção dos respetivos direitos. Em particular, os gastos com o pessoal diminuíram de forma relevante em 2025, em consequência da redução do número médio de colaboradores ao longo do exercício, tendo o número de trabalhadores passado de 856 em 31/12/2024 para 384 em 31/12/2025. A diminuição observada nas remunerações, encargos sociais e demais gastos associados ao pessoal revela-se consistente com a alteração do perímetro operacional decorrente do trespasse.

Por outro lado, verificou-se o reconhecimento de gastos não recorrentes associados ao processo de reorganização operacional e societária ocorrido no exercício, embora sem impacto materialmente relevante no conjunto das demonstrações financeiras.

Deste modo, a comparabilidade entre os exercícios de 2025 e 2024 encontra-se condicionada pelos efeitos extraordinários do trespasse do Hospital-Escola e pela consequente alteração estrutural da atividade da Fundação.

## 9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação, os quais devem ser considerados na taxa de desconto (antes de impostos) a aplicar à determinação do valor presente da obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

*S* *k*  
*W*  
*+*  
*int*

## PROVISÕES MENSURADAS

As Provisões registadas no Balanço ascendem a 2.677.012,61€ e respeitam a:

- Processo em que a Fundação impugna o pagamento de liquidação de IRC do ano de 2011 no valor total de 467.015,63€ (inclui juros compensatórios). O processo foi considerado improcedente, durante o exercício de 2022, tendo sido interposto recurso;
- Processo judicial em curso, no valor total de 5.755,40€, a decorrer no Tribunal do Trabalho – Ação Processo Comum por alegados créditos salariais, tendo sido proferida sentença pela 1ª Instância e da referida recorreu o Autor;
- Processo em que os Autores recorreram ao STJ do acórdão proferido pelo Tribunal da Relação do Porto por decorrência da ilicitude da diminuição da retribuição, cujo valor da ação cifra-se na quantia de 707.328,68€;
- Processo judicial em curso, cujo valor da ação é de 860.63€, decorre no Tribunal do Trabalho de Valongo;
- Processo que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto cujos Autores requerem a condenação da Fundação e o pagamento global de 79.697,96€, a título de danos patrimoniais e danos não patrimoniais, com fundamento no alegado incumprimento contratual;
- Processo que se encontram em fase de julgamento, cujos Autores reclamam créditos laborais e requerem a condenação da Fundação no pagamento global de 1.299.967,06€;
- Processo em que a Fundação recorreu ao Tribunal da Relação do Porto, referente à impugnação da Autora na decisão de despedimento com invocação de justa causa pela Fundação, e cujo valor da ação é de 116.387,25€;

### Relativamente aos passivos e ativos contingentes no período em apreço:

- Processo contra Caixa Geral de Aposentações, no valor de 30.000,01€, referente à imputação da responsabilidade do encargo da pensão complementar. O objeto do litígio cinge-se à análise de questões de direito, prevê-se ganho de causa;
- Processo que corre os seus legais termos pelo Juízo Local Cível do Porto, em que o Autor peticiona a condenação da Fundação ao pagamento da quantia 67.930,09€, pelos atos de suspensão e encerramento antecipado da primeira fase do Estágio, sendo considerado que poderá haver ganho de causa;

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

*Handwritten signature and initials*

## 10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos ou são efetivamente recebidos no período em apreço, e que a Fundação cumprirá ou cumpra as condições exigidas para a sua concessão.

Conforme nota 4, a Fundação beneficiou de subsídios ao investimento da **Unidade de Cuidados Continuados** e para **Reforço das Competências Digitais e Reforma e Modernização da Medicina**.

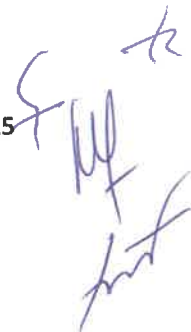
Subsidio ao investimento não reembolsável:

QREN (ON2-Feder)	Saldo Inicial 31-12-2024	Ajustamentos e trespasse	Reconhecimento do subsidio no período	Saldo Final 31-12-2025
Continuados - QREN (ON2-Feder)	730 987,33 €	152 752,61 €	35 974,44 €	847 765,50 €
Subsídios DGES - Inovalab@ufp	270 101,49 €	0,00 €	2 736,24 €	267 365,25 €
Subsídios DGES - Inova4Med	279 000,00 €	0,00 €	37 657,33 €	241 342,67 €
<b>Total</b>	<b>1 280 088,82 €</b>	<b>152 752,61 €</b>	<b>76 368,01 €</b>	<b>1 356 473,42 €</b>

QREN (ON2-Feder)	Saldo Inicial 31-12-2023	Apoio Financeiro	Reconhecimento do subsidio no período	Saldo Final 31-12-2024
Continuados - QREN (ON2-Feder)	811 849,07 €	0,00 €	80 861,74 €	730 987,33 €
Subsídios DGES - Inovalab@ufp	0,00 €	270 200,00 €	98,51 €	270 101,49 €
Subsídios DGES - Inova4Med	0,00 €	279 000,00 €	0,00 €	279 000,00 €
<b>Total</b>	<b>811 849,07 €</b>	<b>549 200,00 €</b>	<b>80 960,25 €</b>	<b>1 280 088,82 €</b>

## ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025



### Observações:

Relativamente ao investimento na Unidade de Cuidados Continuados até 31 de dezembro de 2025, o Subsídio ao Investimento já foi reconhecido no valor total de 552.086,22€, correspondente às depreciações acumuladas dos ativos tangíveis subsidiados. Neste período o impacto do reconhecimento positivo nos resultados foi de 35.974,44€.

No âmbito do programa de investimento RE-C06-i07 – Impulso mais digital, incentivo 100% não reembolsável, foram aprovados mais dois subsídios em 2024, para reforço das competências digitais e reforma e modernização da medicina. Prevê-se que o valor total dos investimentos em ativos fixos tangíveis, e financiamento ascenda a 619 400,14€ e 406 395,98€ respetivamente. Neste período foi reconhecido o valor de 40 393,57€, em ambos os programas.

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

*S. H. J. P.*  
*Prof.*

A Fundação reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios à exploração

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
	Demonstração de resultados	Demonstração de resultados
Programa Erasmus	71 146,28 €	118 425,50 €
PTDC/ECI-EGC/7244	0,00 €	859,67 €
2022.09218.PTDC	2 801,92 €	24 191,19 €
2022.09032.PTDC	6 461,59 €	5 616,26 €
2022.07628.PTDC	14 452,66 €	9 745,10 €
INSIA	9 000,00 €	11 000,00 €
EGITRON	27 300,00 €	17 200,00 €
NDRIVE	11 250,00 €	15 000,00 €
EXPL/ECI-EGC/1555/2021	0,00 €	4 722,64 €
HARDLEVEL	0,00 €	9 000,00 €
Testbed	38 623,19 €	0,00 €
BYME	0,00 €	17 136,00 €
AppGeneration	12 000,00 €	3 000,00 €
Norte-01-0247-FEDER-181418	0,00 €	2 432,44 €
TRUST	24 000,00 €	4 500,00 €
ERASMUS 2020-1-HU01-KA203	0,00 €	233,60 €
Compete-15254	6 573,05 €	0,00 €
Lider + digital	18 120,32 €	0,00 €
AICOPPN	168,02 €	0,00 €
COMPETE 2030 - FEDER-01183400	140 629,30 €	15 538,28 €
PR-INFORMATICA	13 200,00 €	1 100,00 €
2023.15210.PEX	28 464,10 €	0,00 €
2023.14406.PEX	27 304,09 €	0,00 €
INOVALAB@UFP	59 731,78 €	14 030,02 €
INOVA4MED	25 059,09 €	0,00 €
Ciência Viva	621,73 €	0,00 €
Sub. inst. Form. Prof. Emprego	10 219,63 €	25 821,62 €
<b>TOTAL</b>	<b>547 126,75 €</b>	<b>299 552,32 €</b>

**Observações:** Os subsídios à exploração são considerados como rendimento do exercício, pois visam compensar gastos incorridos no período e tendo em conta ao princípio do acréscimo, os valores registados são independentes do recebimento ter ocorrido no período.

A rubrica subsídios do Instituto de Formação Profissional e Emprego inclui os subsídios de estágios profissionais.

## 11. Instrumentos financeiros

### 11.1 Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade, e a um passivo financeiro ou instrumento de fundo patrimonial noutra entidade.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja:

- a) dinheiro
- b) um instrumento de fundo patrimonial de outra entidade
- c) um direito contratual:
  - de receber dinheiro ou outro ativo financeiro
  - de trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente favoráveis
- d) um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos do fundo de patrimonial da própria entidade e que seja:
  - um não derivado para o qual a entidade esteja, ou possa estar, obrigada a receber um número variável de instrumentos do fundo patrimonial da própria entidade
  - um derivado que seja ou possa ser liquidado de forma diferente de uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja:

- a) uma obrigação contratual:
  - de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro
  - de trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis
- b) um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos do fundo patrimonial da própria entidade e que seja:
  - um não derivado para o qual a entidade esteja, ou possa estar, obrigada a entregar um número variável de instrumentos do fundo patrimonial da própria entidade

## ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

- um derivado que seja ou possa ser liquidado de forma diferente de uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo de instrumentos do fundo patrimonial da própria entidade

Instrumento do fundo patrimonial é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal (método do custo) deduzido de eventuais perdas de imparidade.

As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são em que são estimadas.

As contas a pagar, incluindo empréstimos de financiamento, encontram-se registadas pelo seu valor nominal (método do custo).

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, encontrando-se registados ao custo.

Os instrumentos do fundo patrimonial da Fundação são reconhecidos, pelo método do custo, aquando da emissão de tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a pagar dinheiro ou entregar qualquer outro recurso em troca dos referidos instrumentos do fundo patrimonial.

Algumas dívidas, a Instituições de crédito encontram-se garantidas por garantias reais, nomeadamente, hipotecas, sobre imóveis do ativo fixo tangível.

À data do encerramento do exercício, o valor global destas garantias ascende aproximadamente 13.447.851,90€, sendo estas proporcionais aos montantes em dívida e em conformidade com os contratos celebrados.

A hipoteca voluntária do imóvel da sede foi levantada pela Autoridade Tributária em março de 2026.

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

*S. P. f.*  
*all*  
*int*

## Relação de garantias reais da FECFP

Contrato	Entidade	Descrição
173.36.100013-1	Montepio	Contrato mútuo com hipoteca do direito de superfície do imóvel do HE, CRP nº 6309.
173-30.1000431	Montepio	Hipoteca voluntária do imóvel da ESS, na Rua Delfim Maia, CRP nº14001
-	AT	Hipoteca voluntária do imóvel da sede, Praça 9 de Abril, 349, CRP nº 1484
460915778001	BPI	Hipoteca voluntária do imóvel da sede, Praça 9 de Abril, 349, CRP nº 1485, e Rua Alexandre Fleming, CRP nº 1922/19951113

## 11.2 Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

### a) Cotação de mercado

Investimentos Financeiros - Qt 102 - Nexponor, S.A.	31/12/2025	31/12/2024
Cotação	0,37 €	0,37 €
Valor contabilístico	37,94 €	37,94 €

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

## 11.3 Quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos Fundos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o total dos fundos patrimoniais apresentava a seguinte decomposição:

	31/12/2025	31/12/2024
Fundo patrimonial	3 371 210,58 €	5 477 706,03 €
Reservas reavaliação:		
Excedentes de revalorização de ativos	35 728 192,92 €	37 696 050,61 €
Reservas:		
Reservas legais	709,05 €	709,05 €
Reservas livres	13 471,91 €	13 471,91 €
Resultados transitados	8 413 822,57 €	6 445 964,88 €
Outros variações fundos patrimoniais:		
Subsídios	1 356 473,42 €	1 280 088,82 €
Doações	585,80 €	22 628,32 €
Varição líquida exercício	11 817 440,14 €	2 106 495,45 €
Total	60 701 906,39 €	48 830 124,17 €

Em 2022 foi constituída uma reserva de revalorização no montante de 42 338 568,51€, contabilizada na rubrica de excedentes de revalorização nos fundos patrimoniais, derivado das revalorizações de Terrenos, Edifícios e Outras Construções, conforme já divulgado na nota 2 e 4 deste Anexo.

Em termos fiscais, não se considerou o efeito dos impostos diferidos uma vez que a Fundação não preenche o quadro 07 da Modelo 22 de IRC, estando em processo, nomeadamente, de pedido de isenção de tributação em IRC.

Em 2025, conforme divulgado na nota 4, foi aplicado o ajustamento nos fundos patrimoniais no valor de 1.967.857,69€ relativo à utilização do Excedente de Revalorização.

Os "Subsídios" conforme divulgado na nota 10, correspondem ao valor dos subsídios não reembolsáveis (847.765,50€) atribuídos no âmbito do investimento na Unidade de Cuidados Continuados e nos programas de reforço das competências digitais e reforma e modernização da medicina.

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

*S. M. P.*  
*Ant*

## 11.4 Dívidas da entidade reconhecidas à data do Balanço superior a um ano

### Fornecedores/outras contas a pagar/pessoal

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de fornecedores/outras contas a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2025			31/12/2024		
	Passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas p/ imparidade acumulados	Total	Passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas p/ imparidade acumulados	Total
<b>PASSIVOS</b>						
Fornecedores	485 028,86 €		485 028,86 €	2 197 471,47 €		2 197 471,47 €
Adiantamentos de clientes	- €		- €	- €		- €
Outros passivos correntes:	3 457 028,95 €		3 457 028,95 €	3 813 314,73 €		3 813 314,73 €
* Fornecedores Investimentos	- €		- €	- €		- €
* Credores por acréscimo gastos	3 422 506,21€		3 422 506,21€	3 783 726,27 €		3 783 726,27 €
* Pessoal	1542,17 €		1542,17 €	2 797,63 €		2 797,63 €
* Outros credores	32 980,57 €		32 980,57 €	26 790,83 €		26 790,83 €
<b>TOTAL</b>	3 942 057,81 €	- €	3 942 057,81 €	6 010 786,20 €	- €	6 010 786,20 €

A rubrica “Credores por acréscimo de gastos” inclui essencialmente a estimativa de férias e subsídio de férias e encargos de 2025 a pagar em 2026, no valor de 2.995.684,91€.

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

*S. M. P.*  
*ant*

## Locações

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gastos numa base linear durante o período da locação.

- a) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Ano 2026	>1ano=5anos	>5anos	Total
BPI Leasing (Cont. 0010026431)	- €	- €	- €	- €
BPI Leasing (Cont. 0010027086)	- €	- €	- €	- €
BPI Leasing (Cont. 0010037761)	12482,35€	75828,12€	- €	88310,47€
BPI Leasing (Cont. 0010045848)	10596,95€	62144,69€	- €	72741,64€
BPI Leasing (Cont. 2024045835)	4470,73€	26670,15€	- €	31140,88€
BPI Leasing (Cont. 2024052625)	17845,73€	99808,38€	8319,55€	125973,66€
BPI Leasing (Cont. 2024052439)	5530,07€	30541,85€	4801,42€	40873,34€
BPI Leasing (Cont. 2024053871)	32508,84€	179377,38€	41531,77€	253413,00€
CGD (100141929)	10391,75€	- €	- €	10391,75€
CGD (100145436)	6329,66€	- €	- €	6329,66€
<b>Total</b>	<b>100151,08€</b>	<b>474370,57€</b>	<b>54652,75€</b>	<b>629174,40€</b>

## Passivos financeiros

Descrição	31/12/2025			31/12/2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Passivos</b>						
Financiamentos obtidos:						
** Locações financeiras	100 151,08 €	529 023,32 €	629 174,40 €	212 342,20 €	588 537,49 €	800 879,69 €
** Montepio Geral	7 623 723,37 €	- €	7 623 723,37 €	4 867 418,92 €	7 625 402,87 €	12 492 821,79 €
** CGD	- €	- €	- €	183 333,32 €	66 666,71 €	250 000,03 €
** BPI	475 291,68 €	4 837 309,00 €	5 312 600,68 €	475 291,68 €	5 312 600,68 €	5 787 892,36 €
** Outros	- €	- €	- €	1 503 564,02 €	- €	1 503 564,02 €
<b>Passivo Total</b>	<b>8 199 166,13 €</b>	<b>5 366 332,32 €</b>	<b>13 565 498,45 €</b>	<b>7 241 950,14 €</b>	<b>13 593 207,75 €</b>	<b>20 835 157,89 €</b>

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

*F*  
*U*  
*nt*

## Diferimentos (Passivos)

Descrição	31/12/2025			31/12/2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Passivos-Diferimentos</b>						
Rendimentos a reconhecer:						
* Anuidades	3 998 712,05 €	- €	3 998 712,05 €	3 869 049,83 €	- €	3 869 049,83 €
Subsídio à exploração	461 964,66 €	- €	461 964,66 €	512 839,32 €	- €	512 839,32 €
* Outros rendimentos a reconhecer	416 666,68 €	- €	416 666,68 €	- €	- €	- €
<b>Total</b>	<b>4 877 343,39 €</b>	<b>- €</b>	<b>4 877 343,39 €</b>	<b>4 381 889,15 €</b>	<b>- €</b>	<b>4 381 889,15 €</b>

## Estado e Outros Entes Públicos (Passivos)

Descrição	31/12/2025			31/12/2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Passivos</b>	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Imposto s/o rendimento	917 751,53 €	- €	917 751,53 €	519,38 €	- €	519,38 €
Retenções de impostos s/rendimentos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
* Trabalho dependente	372 849,00 €	- €	372 849,00 €	455 711,00 €	- €	455 711,00 €
* Trabalho independente	27 770,82 €	- €	27 770,82 €	42 684,53 €	- €	42 684,53 €
* Rendimentos prediais	12 500,00 €	- €	12 500,00 €	12 500,00 €	- €	12 500,00 €
Imposto s/valor acrescentado	- €	- €	- €	49 409,70 €	- €	49 409,70 €
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADS	642 457,28 €	- €	642 457,28 €	970 861,33 €	- €	970 861,33 €
<b>Total Passivo</b>	<b>1 973 328,63 €</b>	<b>- €</b>	<b>1 973 328,63 €</b>	<b>1 531 685,94 €</b>	<b>- €</b>	<b>1 531 685,94 €</b>

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

*S. M. F.*  
*mf*

## 11.5 Dívidas à entidade reconhecidas à data do Balanço

Rubricas	31/12/2025			31/12/2024		
	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas p/ imparidade acumulados	Total	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas p/ imparidade acumulados	Total
<b>ACTIVOS</b>						
<b>Créditos a receber</b>	<b>831 684,95 €</b>		<b>831 684,95 €</b>	<b>2 933 964,65 €</b>		<b>2 933 964,65 €</b>
Estado e outros entes públicos	- €		- €	- €		- €
<b>Outros ativos correntes:</b>	<b>3 833 664,98 €</b>		<b>3 833 664,98 €</b>	<b>2 702 796,00 €</b>		<b>2 702 796,00 €</b>
* Devedores por acréscimo de rendimento	240 662,77 €		240 662,77 €	1073 585,59 €		1073 585,59 €
* Outros Devedores	3 593 002,21 €		3 593 002,21 €	1629 210,41 €		1629 210,41 €
<b>Total Activo</b>	<b>4 665 349,93 €</b>	<b>- €</b>	<b>4 665 349,93 €</b>	<b>5 636 760,65 €</b>	<b>- €</b>	<b>5 636 760,65 €</b>

A rubrica “Devedores por acréscimo de rendimento” inclui essencialmente o acréscimo de proveitos referente às propinas da UFP por receber no valor de 72.047,29€, assim como o acréscimo das verbas que iremos receber referente aos subsídio à exploração dos projectos em curso estimado no montante de 118.873,91€

A rubrica de “Outros devedores” diz respeito, essencialmente, ao valor a receber do Grupo Trofa Saúde, no montante de 2.529.543€, e à dívida da empresa Erasmo, Lda, no valor de 502.630,17€, conforme mencionado na nota 16, e o valor remanescente previsto do recebimento referente aos programas ao investimento não reembolsável, na aquisição de bens e serviços no âmbito dos programas de reforço de competências digitais e reforma e modernização da Medicina conforme mencionado na nota 10, no valor de 451.922,15€.

Relativamente ao trespasse do Hospital-Escola para o Grupo Trofa Saúde, o negócio foi acordado pelo montante global de 25.000.000,00€. Tal como mencionado na nota 2.3. – Comparabilidade, a operação produziu efeitos em 28 de julho de 2025 e compreendeu a transmissão da atividade hospitalar, incluindo equipamentos e existências afetas à exploração. Do valor global acordado, foram recebidos 5.000.000€ em meados de 2025 e 17.500.000€ em julho de 2025, após regularização de eventuais encontros de contas, contingências e ajustamentos contratuais, encontrando-se os restantes 2.500.000,00€ previstos para liquidação em Julho de 2026.

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

*S*  
*H*  
*Aut*

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento Fornecedores	1 201,92 €	1 443,41 €
<b>Total</b>	<b>1 201,92 €</b>	<b>1 443,41 €</b>

## Ativos financeiros

Descrição	31/12/2024			31/12/2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Activos</b>						
Outros activos financeiros	- €	37,94 €	37,94 €	- €	37,94 €	37,94 €
Fundo Comp. Trabalho	271 846,32 €	- €	271 846,32 €	- €	271 846,32 €	271 846,32 €
<b>Activos Total</b>	<b>271 846,32 €</b>	<b>37,94 €</b>	<b>271 884,26 €</b>	<b>- €</b>	<b>271 884,26 €</b>	<b>271 884,26 €</b>

Para efeitos de apresentação de Balanço, procedeu-se à reclassificação do saldo relativo ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), anteriormente reconhecido em Outros Créditos e Ativos não Correntes, no valor de 271.846,32€, passando o mesmo a ser apresentado como instrumentos financeiros de curto prazo em Outros Ativos Financeiros. Esta alteração decorre da possibilidade de pedido de reembolso dos montantes entregues ao FCT, bem como da necessidade da sua utilização ou regularização até ao final de 2026, refletindo de forma mais adequada a natureza e recuperabilidade do referido saldo.

## Diferimentos (Ativos)

Diferimentos	31/12/2024			31/12/2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Activos</b>						
Gastos a reconhecer:						
* Seguros	22 362,03 €	- €	22 362,03 €	42 730,41 €	- €	42 730,41 €
* Licenças	18 400,82 €	- €	18 400,82 €	8 972,85 €	- €	8 972,85 €
* Outros gastos a reconhecer	144 284,02 €	- €	144 284,02 €	123 451,31 €	- €	123 451,31 €
<b>Total</b>	<b>185 046,87 €</b>	<b>- €</b>	<b>185 046,87 €</b>	<b>175 154,57 €</b>	<b>- €</b>	<b>175 154,57 €</b>

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

A rubrica "Outros gastos a reconhecer" inclui entre outros, os gastos com ferramentas e utensílios, no valor global de 19.904€, cujo valor unitário é de pouca relevância, mas que pela sua natureza não se "esgotam" num único período. Esta rubrica inclui também o diferimento da subscrição de uma Cloud "Canvas", pelo período de 01/09/2025 a 31/08/2026, tendo sido diferido o montante de 51.344€, assim como Taxas de Acreditação da A3ES, no valor de 28.828€.

## 12. Contas caixa e depósitos à ordem

### Enquadramento da política

Os registos nas diversas rubricas da demonstração dos fluxos de caixa correspondem efetivamente aos recebimentos/pagamentos observados, sendo registados numa base bruta.

Os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores e outros englobam IVA e outros impostos e taxas liquidados nas transações realizadas.

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários.

### Saldos de caixa e equivalentes

	31-Dez-25	31-Dez-24
Caixa	9.759,87	78.393,46
Depósitos à ordem	7.011.556,23	1.510.441,73
Outros depósitos bancários	6.500.000,00	0,00
<b>Total</b>	<b>13.521.316,10</b>	<b>1.588.835,19</b>

S  
K  
M  
T

## Observações complementares:

Os valores de caixa dizem respeito a numerário e recebimentos por cheque, multibanco e transferências bancárias em trânsito.

Os depósitos à ordem correspondem a depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Em 2025 utilizamos a taxa de câmbio Dólar dos Estados Unidos a 31/12/2025, para valorizar a quantia disponível em caixa, que ascende 138,00 USD (108,48€).

Em outros depósitos bancários encontra-se relevado o depósito a prazo, no valor de 6.500.000€, constituído junto do BPI.

## 13. Benefícios dos empregados

Os benefícios de empregados são todas as formas de remuneração dadas pela entidade em troca dos serviços prestados pelos empregados e incluem:

- a) benefícios a curto prazo, pagáveis na totalidade num prazo de 12 meses e registados como gastos do período em que nasce a obrigação de pagamento;
- b) benefícios pós-emprego, referentes a contribuições para planos com pagamentos após o termo do emprego;
- c) outros benefícios a longo prazo, liquidáveis a mais de 12 meses, reconhecidos como gastos nos períodos em que são concedidos;
- d) benefícios de cessação de emprego pagáveis em consequência da decisão da empresa em cessar o emprego de um funcionário antes da data normal de reforma ou da decisão de um funcionário de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios; são reconhecidos como gasto quando existe um plano formal detalhado para cessar o emprego e não existe possibilidade de o cancelar.

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

*S*  
*U*  
*+*  
*inf*

Gastos com Pessoal Totais	31/12/2025	31/12/2024
Remunerações Pessoal	18 154 150,92 €	20 926 217,62 €
Encargos s/ remunerações do Pessoal	3 900 374,79 €	4 824 976,83 €
Indemnizações	11 903,29 €	50 287,21 €
Seguro Acidentes de trabalho	130 958,95 €	163 331,68 €
Outros custos	18 314,27 €	22 644,10 €
<b>Total</b>	<b>22 215 702,22 €</b>	<b>25 987 457,44 €</b>

A massa salarial, assim como o número de trabalhadores reduziu em 2025.

O número médio de trabalhadores em 2025 foi 828, sendo 3 o número de membros dos órgãos de Administração. Contudo à data de 31 de dezembro de 2025 o número de trabalhadores ativos era de 384.

Conforme mencionado na nota 2.3- Comparabilidade, este decréscimo deveu-se à transferência da maioria dos funcionários afetos ao HE para o Grupo Trofa Saúde, decorrente da operação de trespasse.

Gastos com Órgãos de Administração	31/12/2025	31/12/2024
Remunerações	373 254,62 €	393 864,76 €
Encargos s/ remunerações do Pessoal	76 494,02 €	71 376,95 €
Outros gastos	- €	- €
<b>Total</b>	<b>449 748,64 €</b>	<b>465 241,71 €</b>

## 14. Acontecimentos após a data do balanço

Em 18 de fevereiro de 2026 foi constituída uma sociedade anónima, representada por 100.000 ações, integralmente detida pela Fundação, na sequência de deliberação do Conselho de Administração de 19/11/2025. De acordo com a referida deliberação, a constituição desta sociedade enquadra-se na preparação de um eventual novo modelo de governação para a atividade de ensino superior, podendo a mesma vir a substituir a Fundação, enquanto entidade instituidora da Universidade Fernando Pessoa e da Escola Superior de Saúde Fernando Pessoa. A concretizar-se a transferência da atividade de ensino superior para a nova sociedade, a Fundação poderá passar a concentrar a sua atividade predominantemente na gestão do património imobiliário e no apoio a projetos e programas de natureza social, cultural e de investigação científica, sendo que esta alteração estrutural poderá assumir relevância no âmbito da análise da continuidade e do modelo futuro da sua atividade.

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

Handwritten initials and signature in blue ink.

## 15. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Honorários do Revisor Oficial de Contas nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais:

Serviços	31-Dez-25	31-Dez-24
Revisão legal de contas	12.932,00€	12.932,00€
Iva 23%	2.974,36€	2.974,36€
<b>Total</b>	<b>15.906,36€</b>	<b>15.906,36€</b>

## 16. Outras divulgações

### 16.1 Divulgação de partes relacionadas

a) Erasmo – Empreendimentos Educativos, Lda – NIF 502 227 001

Transação e saldos pendentes a 31.12.2025:

Partes relacionadas	Financeiros / Operacionais		
	Saldos pendentes de ativos	Perdas por imparidade acumuladas	Perdas por imparidade no período
Erasmo, Lda	502 630,17 €	- €	- €

# ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2025

Transação e saldos pendentes a 31.12.2024:

Partes relacionadas	Financeiros / Operacionais		
	Saldos pendentes de passivos	Perdas por imparidade acumuladas	Perdas por imparidade no período
Erasm, Lda	877 630,17 €	- €	- €

Em 29 de maio de 2024, foi celebrado um contrato de arrendamento do imóvel por 5 anos, sito na Praça 9 de Abril – Porto, cuja propriedade é da sociedade Erasm, tendo estabelecido o valor da renda mensal de 25 000€. Este valor, deduzido da retenção na fonte, está a ser abatido ao saldo.


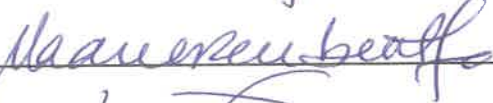

Em 31.12.2025, o valor em dívida pela Erasm é de 502.630€.


Este valor está apresentado no Balanço como Ativo Corrente conforme divulgado na nota 11.5.

Porto, 21 de Abril de 2026

A Administração:

A Contabilista Certificada n.º47326:

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2025

	NOTAS	31/dez/25	31/dez/24
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	4	68 874 532,44	73 545 415,55
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Activos intangíveis	5	92 017,25	206 596,39
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc./membros		0,00	0,00
Outros créditos e activos não correntes	11.5	37,94	271 884,26
		<b>68 966 587,63</b>	<b>74 023 896,20</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	7	116 738,09	536 532,61
Créditos a receber	11.5	831 684,95	2 933 964,65
Adiantamentos fornecedores	11.5	1 201,92	1 443,41
Estado e outros entes públicos	11.5	9 060,42	0,00
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc./membros		0,00	0,00
Diferimentos	11.5	185 046,87	175 154,57
Outros activos correntes	11.5	3 833 664,98	2 702 796,00
Outros ativos financeiros	11.5	271 846,32	0,00
Caixa e depósitos bancários	12	13 521 316,10	1 588 835,19
		<b>18 770 559,65</b>	<b>7 938 726,43</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>87 737 147,28</b>	<b>81 962 622,63</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS:</b>			
Fundos	11.3	3 371 210,58	5 477 706,03
Excedentes Técnicos		0,00	0,00
Reservas	11.3	14 180,96	14 180,96
Resultados transitados	11.3	8 413 822,57	6 445 964,88
Excedentes de revalorização	4/11.3	35 728 192,92	37 696 050,61
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	10/11.3	1 357 059,22	1 302 717,14
		<b>48 884 466,25</b>	<b>50 936 619,62</b>
<i>Resultado líquido do período</i>		<b>11 817 440,14</b>	<b>-2 106 495,45</b>
<b>Total dos fundos de patrimoniais .....</b>		<b>60 701 906,39</b>	<b>48 830 124,17</b>
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	9	2 677 012,61	372 979,28
Financiamentos obtidos	6;11.4	5 366 332,32	13 593 207,75
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		<b>8 043 344,93</b>	<b>13 966 187,03</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11.4	485 028,86	2 197 471,47
Adiantamento de clientes	11.4	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	11.4	1 973 328,63	1 531 685,94
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc./membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6/11.4	8 199 166,13	7 241 950,14
Diferimentos	11.4	4 877 343,39	4 381 889,15
Outros passivos correntes	11.4	3 457 028,95	3 813 314,73
		<b>18 991 895,96</b>	<b>19 166 311,43</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>27 035 240,89</b>	<b>33 132 498,46</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo .....</b>		<b>87 737 147,28</b>	<b>81 962 622,63</b>

Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa \* NIF 502.057.602

A Administração

A Contabilista certificada (CC n.º 47326)

*Coostoj*  
*Naouel Reubert*  
*Justin*

*Ferreira*

## Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa

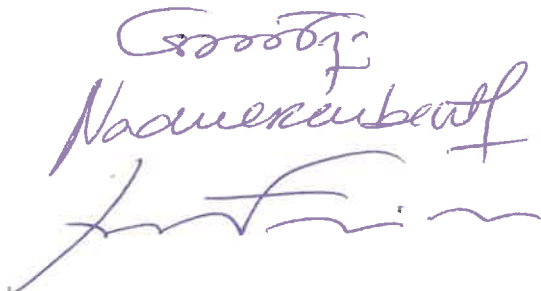
### Demonstração Individual dos resultados por natureza em 2025

	NOTAS	2025	2024
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e Serviços Prestados	8	31 099 767,29	39 276 963,81
Subsídios, doações e legados à exploração	8;10	547 126,75	299 552,32
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-1 438 133,78	-2 102 726,13
Fornecimentos e serviços externos	8	-10 166 419,18	-10 590 005,85
Gastos com o pessoal	8;13	-22 215 702,22	-25 987 457,44
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)		-96 501,76	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		-18 673,58	0,00
Provisões (aumento / reduções)	8	-2 308 533,33	-10 255,40
Outras Imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos / reduções justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	8	24 386 488,23	2 684 940,64
Outros gastos	8	-2 505 891,29	-378 778,43
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>17 283 527,13</b>	<b>3 192 233,52</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4;5	-3 592 244,14	-4 224 200,55
<b>Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos</b>		<b>13 691 282,99</b>	<b>-1 031 967,03</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		35 198,63	0,00
Juros e gastos similares suportados	6	-991 289,95	-1 074 009,04
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>12 735 191,67</b>	<b>-2 105 976,07</b>
Imposto sobre o rendimento do período	11,4	917 751,53	519,38
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>11 817 440,14</b>	<b>-2 106 495,45</b>

Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa \* NIF 502 057 602

A Contabilista certificada (CC n.º 47326)

A Administração




Entidade: Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa  
 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa  
 Período findo em 31 de Dezembro de 2025

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO</b>			
Recebimentos de clientes	+	34 141 193.47	38 210 661.19
Pagamentos a fornecedores	-	13 266 076.99	12 264 652.13
Pagamentos ao pessoal	-	22 667 790.38	25 317 886.36
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-1 792 673.90</b>	<b>628 122.70</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-519.38	-1 634.30
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	+	713 330.41	-489 251.94
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>-1 079 862.87</b>	<b>137 236.46</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos Fixos Tangíveis		841 550.35	7 085 584.85
Activos Intangíveis		13 450.05	2 161.73
Investimentos Financeiros		0.00	0.00
Outros activos		0.00	0.00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos Fixos Tangíveis		9 354 584.52	0.00
Activos Intangíveis		302 332.54	0.00
Investimentos Financeiros		0.00	7 429.78
Outros activos		12 843 082.94	0.00
Subsídios para investimentos		152 752.61	549 200.00
Juros e rendimentos similares		0.00	0.00
Dividendos		0.00	0.00
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>21 797 752.21</b>	<b>-6 531 116.80</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		1 010 000.00	10 048 092.73
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0.00	0.00
Cobertura de prejuizos		0.00	0.00
Doações		0.00	0.00
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		8 804 184.17	2 877 249.00
Juros e gastos similares		991 289.95	851 649.78
Dividendos		0.00	0.00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0.00	0.00
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>-8 785 474.12</b>	<b>6 319 193.95</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>		<b>11 932 415.22</b>	<b>-74 686.39</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio/ Variações do justo valor</b>		<b>65.69</b>	<b>-3.59</b>
<b>Correcções saldos iniciais</b>		<b>0.00</b>	<b>0.00</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>1 588 835.19</b>	<b>1 663 525.17</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>13 521 316.10</b>	<b>1 588 835.19</b>

A Administração

*[Handwritten signature]*

A Contabilista Certificada ( CC nº 47326)

*[Handwritten signature]*

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA FERNANDO PESSOA**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 87.737.147 euros e um total de fundos patrimoniais de 60.701.906 euros, incluindo um resultado líquido de 11.817.440 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA FERNANDO PESSOA em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

Conforme mencionado nas notas 2.3 e 8 do Anexo às Demonstrações Financeiras e no Relatório de Gestão, chamamos a atenção para a operação de alienação, sob a forma de trespasse, do negócio associado ao Hospital-Escola, concretizada em 28 de julho de 2025, pelo valor global de 25.000.000 €, e que compreendeu a transmissão integral da atividade hospitalar, traduzindo-se na redução do perímetro operacional da Fundação.

Em consequência desta operação, a comparabilidade das Demonstrações Financeiras com as do exercício anterior encontra-se afetada, nomeadamente, ao nível do volume de negócios, gastos operacionais,

composição dos ativos e resultados do exercício, que inclui o reconhecimento da correspondente mais valia de 22.678.525 €.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

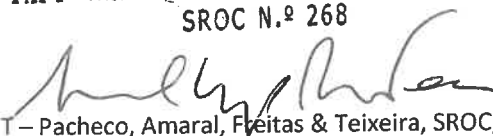
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

V. N. Gaia, 8 de maio de 2026  
**PAFT - PACHECO, AMARAL, FREITAS & TEIXEIRA, SROC, LDA.**  
SROC N.º 268



PAFT – Pacheco, Amaral, Freitas & Teixeira, SROC, Lda

Representada por, Ana Manuel Lopes Pacheco Teixeira

(inscrita na OROC sob o nº 1414 e na CMVM sob o nº 20161024)

**CERTIDÃO**

Eugénia da Conceição Pinto Ferreira, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de PORTO-4.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou n.ºs 3, 6 e 13 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

A presente certidão é válida por quatro meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos n.ºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 31 de Março de 2026.

**IDENTIFICAÇÃO**

NOME: FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA FERNANDO PESSOA

NIF: 502057602

**Elementos para validação**

Nº Contribuinte: 502057602

Cód. Validação: MMNFGZCGROZI

O Chefe de Finanças,



( Eugénia da Conceição Pinto Ferreira )

## DECLARAAO

Nome da entidade contribuinte FUNDACAO ENSINO  
CULTURA FERNANDO PESSOA

Firma/Denominaao FUNDACAO ENSINO CULTURA  
FERNANDO PESSOA

N.º de Identificaao de Seguranc a Social 20004443719

N.º de Identificaao Fiscal 502057602

N.º da Declaraao 117446600ASCD26

Data de emissão 2026-03-04

FUNDACAO ENSINO CULTURA FERNANDO PESSOA  
PC NOVE ABRIL 349  
PORTO  
4249-004 PORTO

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situaao contributiva regularizada perante a Seguranc a Social.

*Artigo 208.º do Código dos Regimes Contributivos, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro na sua versão atualizada*

Esta declaraao não constitui comprovativo de pagamento de contribuioes, nem de outros valores e diz respeito   situaao contributiva apurada até   data de emissão, não prejudicando o posterior apuramento de dvidas.

*N.ºs 1 e 3 do artigo 82.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada*

A declaraao  válida pelo prazo de **4 meses**, contado a partir da data de emissão.

*Artigo 84.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada*

A Diretora da Unidade de Contribuintes Estratégicos

  
Cláudia Martins

Elementos para verificaao da autenticidade da declaraao:

**Número de Identificaao - 20004443719**

**Código de Verificaao - KBXXHA6UDLZK3RH**

Para verificar a autenticidade desta declaraao aceda   Seguranc a Social Direta em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt) e introduza o Número de Identificaao e o Código de Verificaao acima indicados.

Verifique se o documento obtido corresponde a esta declaraao.